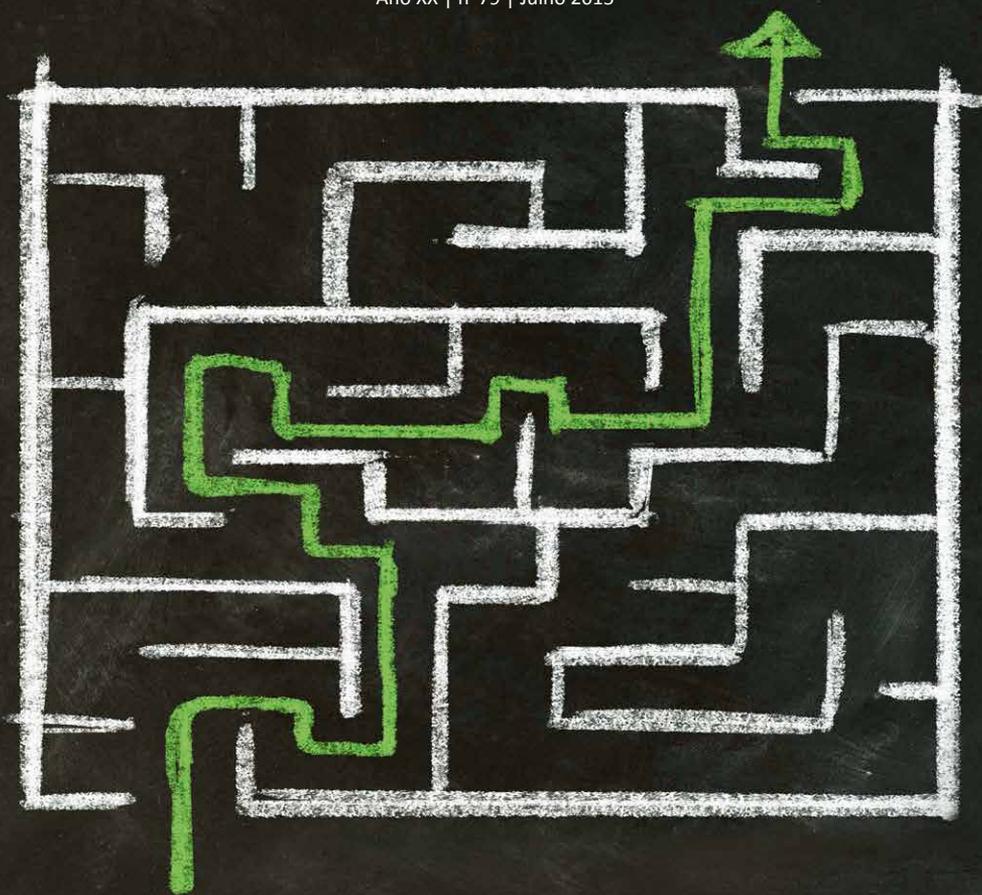


Iocus

Ambiente da inovação brasileira

Ano XX | nº 79 | Julho 2015



SAÍDA PARA A CRISE

Em meio à desaceleração econômica, o empreendedorismo inovador se fortalece como alternativa eficaz para a retomada do crescimento. Apesar da turbulência, o momento é favorável à atuação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos

:: Aldo Rebelo defende a inovação como ferramenta para ampliar a competitividade

:: O papel das incubadoras de empresas no fortalecimento da economia criativa

:: Conheça os modelos híbridos de apoio à inovação que vêm conquistando os Estados Unidos



**INOVAÇÃO, O
INGREDIENTE QUE O
SEU NEGÓCIO PRECISA
PARA ESTAR SEMPRE
EM MOVIMENTO.**

É da porta para dentro que a gestão, inovação e produtividade fazem a diferença. É aí que entra a mão do Sebrae para ajudar a fazer o seu negócio ser cada vez melhor.

**SUA VIDA É SE SUPERAR A
CADA DIA? ESTAMOS JUNTOS.**

0800 570 0800 SEBRAE.COM.BR

ESPECIALISTAS EM PEQUENOS NEGÓCIOS

SEBRAE

LOCUS

Ambiente da inovação brasileira

Ano XIX - Julho 2015 - nº 79 - ISSN 1980-3842

A revista Locus é uma publicação da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec)

Conselho Editorial

Luis Afonso Bermúdez (presidente)

Antônio Abelem

Socorro Ribeiro

Wilson Luconi

Vanessa Rasoto

Coordenação

Débora Horn

Edição e reportagem

Andréia Seganfredo, Bruna de Paula, Cora Dias,

Débora Horn e Francisca Nery

Jornalista responsável

Débora Horn

MTb/SC 02714 JP

Direção e edição de arte

João Henrique Moço

Revisão

Sérgio Ribeiro

Foto da capa

Shutterstock

relata
editorial

Produção

Impressão

Athalaia Gráfica e Editora

Tiragem

2.500 exemplares



ANDROTEC.

Presidente

Francilene Procópio Garcia

Vice-presidente

Jorge Luis Nicolas Audy

Diretoria

Francisco Saboya, Ronaldo Tadéu Pena,
Sérgio Risola e Tony Chierighini

Superintendência

Sheila Oliveira Pires

Endereço

SCN, quadra 1, bloco C,
Ed. Brasília Trade Center, salas 209/211
Brasília/DF - CEP 70711-902

Telefone: (61) 3202-1555

E-mail: revistalocus@anprotec.org.br

Website: www.anprotec.org.br

Anúncios: (61) 3202-1555

Apoio



Esta edição da Locus traz uma entrevista exclusiva com o novo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo. Com trajetória política de mais de 30 anos, o ministro está convicto de que sem inovação o Brasil não será uma economia competitiva e afirma que o Ministério terá papel primordial para a fase posterior ao ajuste fiscal, quando, segundo ele, o país voltará a crescer. Para isso, garante que trabalhará para recompor o orçamento da pasta, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que vem sendo contingenciado, com royalties do pré-sal e até com obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento.

Para outras fontes do governo federal e também de alguns segmentos da sociedade civil, o cenário de desaceleração e ajuste da economia é uma situação transitória que não afetará, pelo menos no longo prazo, os avanços conquistados nos últimos anos. A matéria de capa desta edição apresenta um caminho nessa direção, a partir de um panorama dos resultados obtidos por micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda em meio à recessão econômica. Condição que vem sendo favorecida pelo avanço no marco regulatório, com a universalização do Simples, ainda no fim de 2014, e com a formalização de milhões de microempreendedores.

Atender a demanda de novos negócios é um desafio e uma oportunidade para os ambientes de inovação, que devem estar cada vez mais preparados para auxiliar diferentes perfis de empreendedores. A seção Internacional desta edição mostra como os Estados Unidos, berço da incubação de empresas, têm experimentado modelos híbridos de ambientes de apoio a empreendimentos inovadores de sucesso. Enquanto isso, a adoção do modelo Cerne de gestão pelas incubadoras brasileiras também avança. A seção Habitats da Locus fala sobre benefícios e resultados efetivos da implantação do modelo que, em breve, culminará nas primeiras instituições certificadas.

O surgimento de novas empresas tem sido percebido no Brasil com o movimento, cada vez mais latente e organizado, de startups. A seção Cenário mostra que, apesar do aparente boom desse tipo de empreendimento no país, as startups surgiram ainda na década de 1990, bastante vinculadas a incubadoras de empresas e parques tecnológicos. Na seção Negócios, o mercado de Economia Criativa se mostra, de forma consolidada, como uma atividade econômica potencial. Esses e outros temas completam esta edição da Locus, confirmando que a inovação deve ser o foco para a economia brasileira voltar a crescer.

Boa leitura!

Conselho Editorial



24 | ESPECIAL

Contrariando o cenário pessimista da economia, micro e pequenas empresas têm apresentado bons resultados na geração de emprego e renda no país. A universalização do Simples Nacional e a formalização de um novo contingente de empreendedores representam oportunidades para as incubadoras de empresas e os parques brasileiros.

6 | ENTREVISTA |

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, fala sobre competitividade e explica como pretende recompor o orçamento da pasta, que vem sofrendo contingenciamento

11 | EM MOVIMENTO |

As inscrições para a 25ª Conferência Anprotec estão abertas. Confira essa e outras novidades sobre a agenda institucional e fique por dentro do que foi destaque entre os associados e parceiros do movimento

17 | NEGÓCIOS |

A economia criativa veio para ficar. O mercado se consolida no Brasil como foco de negócios inovadores e está sendo impulsionado por incubadoras de empresas de diferentes regiões do país

30 | GESTÃO |

Descubra como mensurar o valor de uma empresa por meio do valuation, processo mais utilizado e aceito pelo mercado. Para especialistas, essa é uma importante ferramenta de gestão dos negócios

34 | INTERNACIONAL |

Nos Estados Unidos, aceleradoras, incubadoras e espaços de coworking atuam em conjunto para impulsionar negócios inovadores

38 | INVESTIMENTO |

Entenda como as plataformas de crowdfunding, presentes em mais de 40 países, têm apoiado o lançamento de novos produtos e a relação com usuários e consumidores

41 | HABITATS |

O modelo de gestão de incubadoras Cerne já apresenta resultados concretos, beneficiando dezenas de incubadoras brasileiras. Em breve, serão certificados os primeiros ambientes que implantaram o modelo

45 | CENÁRIO |

Conheça o movimento organizado de startups, que ganha cada vez mais força no Brasil. Apesar de parecer um fenômeno recente, o termo startups começou a ser utilizado na década de 1990



Com mais de 30 anos dedicados à política, o atual ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, ocupou diversos cargos de destaque e vivenciou importantes conquistas da sociedade brasileira. Atuou como relator da Lei de Biossegurança, sancionada em 2005, quando derrubou a proibição de pesquisas com células-tronco. Alguns anos depois, em 2009, teve como desafio relatar as discussões da Comissão Especial do Código Florestal Brasileiro, marcadas por polêmicas.

Na Câmara dos Deputados, foi líder de seu partido (PCdoB), do governo e chegou à presidência da Casa. Após tomar a frente, em outubro de 2011, do Ministério do Esporte, foi convocado para um novo desafio no início deste ano: capitanear o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Ao receber a Locus para uma entrevista exclusiva em seu gabinete, em Brasília (DF), o ministro reforçou a importância da área para a retomada do crescimento do país. “Sem inovação, não superaremos as dificuldades momentâneas nem as dificuldades futuras”, afirmou.

LOCUS > *Em meio ao cenário de desaceleração econômica e da necessidade de ajustes, qual o papel a ser desempenhado pelas atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação e, assim, pelo MCTI?*

E como esse desafio vem sendo enfrentado?

Aldo Rebelo > A economia global vivencia permanentemente ciclos de expansão e declínio, de dinamismo e recuo da atividade econômica – e esses ciclos estão ligados a diversos fatores e a diversas razões, atingindo todos os países. Alguns conhecem períodos de dinamismo mais longos, como é o caso da China; outros vivem períodos de estagnação mais duradouros, como o Japão. O Brasil viveu no século XX um longo período de expansão. Mesmo levando em conta as economias americana, japonesa e soviética, a economia do Brasil foi a que teve um período maior de dinamismo e crescimento continuado. Hoje vivemos uma fase de ajuste. O ajuste não é uma política econômica, não é um projeto, não é um programa. É uma condição, uma contingência. Você adota políticas de ajuste para recuperar as condições e a capacidade para voltar a crescer. O Brasil vive esse período. O que cabe ao MCTI é, durante a fase de restrição, se preparar para a fase posterior. Ou seja: quando o país voltar a ter capacidade de crescer.

Não há um único foco. Há um desafio que é a questão da inovação. E por que a inovação é um desafio? Porque concentra e reflete todo o esforço do país em ciência e em pesquisa. Não há tecnologia sem ciência básica, sem pesquisa básica, sem ciência aplicada e sem pesquisa aplicada em tecnologia. Então, para inovar, o país precisa investir em ciência e pesquisa. Sem inovação não há economia competitiva. E o Brasil já demonstra o preço que paga por ser uma economia que inova pouco. Perdemos competitividade e vivemos um paradoxo: estamos no grupo das 10 maiores economias do mundo. Ficamos em sétimo ou oitavo, variamos essas posições, o que é um feito para um país que está na periferia do capitalismo. Não estamos na América do Norte, no setor mais dinâmico da Ásia ou na Europa. Estamos na América do Sul e mesmo assim somos a sétima economia do mundo atualmente. Mas, ao mesmo tempo, ocupamos os últimos lugares quando se trata de inovação e competitividade. Isso é um paradoxo. Olhando para a frente é de se perguntar: nós nos manteremos entre as 10 maiores economias do mundo sem inovar? A minha resposta é: dificilmente. Não vejo como se manter entre as 10 maiores economias do mundo sem o esforço de inovação e competitividade. Os dados das nossas contas externas constituem outro fator preocupante, porque no ano passado nós tivemos o maior déficit em transações correntes da história do Brasil. O que são as transações correntes? Primeiro a balança comercial, que contabiliza o que você comprou e vendeu de mercadorias. Tradicionalmente somos superavitários, mas no ano passado fomos deficitários, principalmente em função da queda do preço das *commodities*, mas também pela queda das exportações de produtos de alta tecnologia. O déficit mais grave, e mais preocupante, ocorreu no setor de serviços, ou seja, na compra e aluguel de máquinas e equipamentos – como sondas do pré-sal, que alugamos ao custo de US\$ 500 mil por dia –, o pagamento de royalties de direitos de propriedade intelectual na importação de fármacos, de matéria-prima de medicamentos. Aí está a nossa maior dificuldade, porque é onde se demonstra a nossa deficiência em tecnologia. A conta final são as chamadas transferências obrigatórias, nas quais nós somos também superavitários, mas que não é uma conta muito grande. Voltando então ao começo da história, temos como principal desafio a inovação. Sem inovação nós não superaremos as dificuldades momentâneas nem as dificuldades futuras.

ENTREVISTA:
ALDO REBELO

Diante do cenário de ajuste fiscal e cortes no orçamento, quais são as perspectivas de investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação para o país nos próximos anos?

Precisamos recompor o orçamento do Ministério e o orçamento do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. O orçamento do MCTI é o orçamento da União, ou seja, aquilo que a o governo federal emprega nessa área. Quando falo em orçamento do sistema, me refiro ao orçamento da União, dos estados, das prefeituras, do setor privado e de empréstimos ou acordos internacionais – de subvenções internacionais que recebemos e de empréstimos que possam ser alcançados e que entram no sistema. O sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação inclui o governo federal, os estados, as empresas e o que elas investem por conta própria, e não o que elas investem como renúncia fiscal, porque isso é dinheiro público. Nós precisamos recompor e ampliar. Recompor por quê? Porque perdemos parte do orçamento por rubricas. Por exemplo, os royalties do petróleo que vinham para o MCTI não vêm mais. Perdemos quando foi feita a partilha do fundo social do pré-sal e a Ciência e Tecnologia ficou de fora, o que acabou com os royalties do petróleo para o MCTI. Então precisamos fazer com que o Ministério recupere o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [FNDCT], que vem sendo contingenciado. Precisamos que o MCTI seja protagonista na regulamentação do pré-sal. Do fundo social do pré-sal, 50% foi regulamentado e destinado para educação e saúde – 75% desses 50% foram para a educação e os 25% restantes para a saúde. Há, ainda, 50% a ser regulamentado. Queremos que esses 50% venham, com algum nível de prioridade, para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, defendemos que o governo adote obras de infraestrutura de Ciência e Tecnologia no PAC. Eu cheguei aqui e constatei que não havia uma obra da área no PAC, o que constitui um absurdo, é absolutamente incompreensível. Como é que você pode falar de aceleração do crescimento sem Ciência, Tecnologia e Inovação? Falei com a presidenta e ela acolheu a ideia de incluir no PAC algumas obras da área, como o laboratório Sirius, em Campinas [SP]; o reator multipropósito, uma série de obras do setor nuclear, para que o MCTI participe dessa iniciativa que é o PAC. Vamos tentar também trazer recursos externos, na forma de subvenções ou de empréstimos.

OLHANDO PARA A FRENTE É DE SE PERGUNTAR: NÓS NOS MANTEREMOS ENTRE AS 10 MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO SEM INOVAR? A MINHA RESPOSTA É: DIFICILMENTE.

Qual o impacto que os cortes atuais do orçamento da pasta terão nas medidas e programas ainda considerados urgentes para o sistema de inovação, mas que ficaram comprometidos?

Os cortes de orçamento não foram feitos para ser celebrados ou festejados. Ninguém comemora corte no orçamento. Todos lamentam e procuram atenuar. Nós vamos buscar atenuar os cortes do orçamento do MCTI, procurando recompor de outras formas o nosso orçamento, preservar as ações prioritárias do ministério, fazer com que a recuperação do corte e do ajuste se dê com o Ministério muito mais revigorado, para que ele possa recuperar no futuro as perdas do ajuste no presente.

Nesse contexto, o senhor acredita que o empreendedorismo inovador pode contribuir para reverter o cenário? Como estimular os empreendedores que buscam na inovação um diferencial competitivo?

Compartilho da ideia dos chineses, segundo a qual as crises também são momentos de oportunidade. Acredito que a crise empurra as pessoas, as instituições e as nações para a imaginação, para a criatividade e para a inovação. O governo deve apoiar decisivamente o empreendedorismo modernizante e renovador. Deve apoiar a iniciativa das empresas já constituídas e tradicionais, mas deve assumir junto com empreendedores ousados, sonhadores, corajosos e criativos o risco para a inovação. A inovação é sempre uma tarefa de risco, toda inovação, não apenas de processos novos, de produtos novos e a inovação de logística. Quanto custou ao homem conseguir realizar o ciclo das grandes navegações? Coragem e ousadia. Portugal e Espanha ofereceram apoio a seus navegadores, a seus empreendedores. A conquista da lua foi um feito do Estado americano, a conquista da órbita, um feito do Estado russo. Então as pessoas demonizam o Estado, mas quando você examina no fundo as grandes transformações, sejam elas na economia, no mundo empresarial ou na Ciência, sempre há o apoio decisivo de um Estado.

Nesse esforço de inovação, qual seria a função das universidades e dos institutos de ciência e tecnologia?

Posso falar sobre esse tema de duas formas: uma concreta e outra abstrata. Começando pela forma abstrata, a universidade teria, em tese, como seu primeiro compromisso a ciência e a pesquisa pura, básica. E os institutos teriam como foco a ciência e a pesquisa aplicadas a um determinado projeto, a um programa, às metas. A universidade não teria que ter, necessariamente, um compromisso com metas e com objetivos. Mas no Brasil não é assim, o sistema não é tão separado. No Brasil o sistema é híbrido. Os institutos fazem pesquisa pura e as universidades fazem pesquisas aplicadas e vice-versa. Eu não posso dizer que isso seja um defeito, parece que funciona um pouco assim, parece que as universidades até desejam que isso, hoje, tenha mais consequência, ou seja, que elas tenham mais liberdade para trabalhar com as empresas e que os institutos possam, em certa medida, concorrer com elas. E o governo tem a responsabilidade de amparar todas essas instituições e de cobrar delas, também, resultados e funcionalidade.

A aproximação entre universidades e empresas tem se mostrado um fator importante para a geração de produtos e processos inovadores. Em sua opinião, qual a melhor forma de intensificar essa relação?

Eu creio que a melhor forma de fazer isso é separar o que é apoio e recurso para pesquisa básica e ciência pura do que é recurso para ciência aplicada. A ciência aplicada deve estar ligada a metas e a objetivos, que podem ou não ser comerciais. Pode-se subsidiar institutos de pesquisa, por exemplo, para a descoberta da cura de doenças negligenciadas, sem procurar um produto para ter lucro. Descobrir uma vacina para a malária, o HIV ou a doença de Chagas, por exemplo. O Estado está procurando, na verdade, uma despesa, e não uma receita. Mas é uma meta e você deve cobrar. A outra coisa é o Estado subsidiar e apoiar o investimento e partilhar o risco de uma empresa em busca de um novo processo ou de um novo produto. Acho que o Estado deve fazer isso. Agora, se o governo desenvolve um produto, que no mundo corporativo custaria três ou quatro vezes mais, o governo deve cobrar uma contrapartida. O que acontece, muitas vezes, é que as empresas se apoiam nas pesquisas subsidiadas pelo governo e quando a pesquisa alcança um determinado produto, ou um determinado processo, parece que foi a empresa a responsável, que conseguiu isso sozinha.

ENTREVISTA:
ALDO REBELO

Como, então, tornar viável e justa essa relação?

Acredito em um movimento tripartite. O governo entra com o dinheiro, a empresa entra com um objetivo, uma proposta de processo ou de produto, e a universidade e os institutos de pesquisa entram com a inteligência, seus laboratórios e seus pesquisadores. E quando isso resulta em um determinado produto, o Estado tem que ter algum ganho, proporcional a seu esforço.

E de que forma o MCTI vê hoje o papel a ser desempenhado por parques tecnológicos e incubadoras de empresas no impulso à inovação?

Consideramos os parques e as incubadoras sistemas insubstituíveis no esforço de inovação do país. Os parques tecnológicos acolhem não só as empresas do futuro e as empresas inovadoras, mas também os centros de pesquisa, todas as atividades de ponta, de vanguarda, que representam o futuro do processo industrial ou da economia de serviços. A empresa de alta tecnologia, o emprego de alta tecnologia e o tributo de alta tecnologia estão associados ao parque tecnológico. Queremos ampliar o número de parques tecnológicos no Brasil. Há vocações muito distintas para parques tecnológicos de diversas destinações e nós defendemos que os parques tecnológicos, assim como as incubadoras, recebam apoio do governo federal e dos governos estaduais e municipais, além das próprias empresas privadas – porque precisam de fornecedores e muitas vezes estimulam que esses fornecedores se instalem nesses parques.

**NÓS DEFENDEMOS QUE OS PARQUES TECNOLÓGICOS,
ASSIM COMO AS INCUBADORAS, RECEBAM APOIO DO GOVERNO
FEDERAL E DOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

A evolução do marco legal está entre as principais expectativas dos agentes de CT&I no país. Como o MCTI pretende conduzir essas questões e contribuir para que o país avance?

Estamos reunindo os principais desafios legais do Ministério e do sistema de CT&I do Brasil e a modernização dessa legislação é uma das nossas prioridades. Eu tenho confiança porque, além de ter uma boa relação com o Legislativo, com os líderes do Congresso, eu também conheço o sistema de análise, de tramitação, e posso, com minha experiência, ajudar que a tramitação se torne mais rápida para beneficiar a Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.

O novo marco legal da biodiversidade representa uma conquista nesse sentido? Que avanços podemos destacar?

O mais importante é que a pesquisa relacionada à biodiversidade brasileira deixa de ser crime, ou seja, o pesquisador vai poder acessá-la em condição de segurança – a biodiversidade vai estar protegida e o pesquisador também. O que havia, antes da aprovação desta lei, é que se o pesquisador tocasse em uma planta – da Amazônia, do Cerrado, da Mata Atlântica, da Caatinga, do Pampa ou de qualquer lugar – isso já constituía um crime. Era um conceito de santuário, em que tocar na biodiversidade representava uma espécie de violação de algo sagrado. A biodiversidade deve ser protegida e preservada, mas ela pode e deve ajudar o ser humano a enfrentar e a superar a busca por alimentos, por energia e por saúde. É isso que nós procuramos resolver com a lei, garantindo acesso à pesquisa e protegendo os pesquisadores. 🌱

25ª Conferência Anprotec abordará papel do empreendedor na nova economia

Com o tema “Ambientes de inovação mais sustentáveis: o empreendedor como protagonista da nova economia”, a 25ª edição da Conferência Anprotec irá discutir inovações que ofereçam à sociedade não apenas benefícios econômicos e produtivos, mas também ambientais e sociais. “Nesse contexto, ambientes de inovação devem se articular aos empreendedores e a outros agentes sociais na busca por soluções e produtos que aliem o avanço científico e o bem-estar humano no limite dos ecossistemas”, afirma a presidente da Anprotec, Francilene Garcia.

A 25ª edição da Conferência será realizada em Cuiabá, de 19 a 23 de

outubro deste ano, tendo como organizadores locais a Arca Multincubadora, a Universidade Federal de Mato Grosso e o Governo do Estado de Mato Grosso. Promovido anualmente por Anprotec e Sebrae, o evento oferecerá diversas atividades

aos participantes, como minicursos, workshops, fóruns, sessões plenárias e técnicas, onde serão apresentados os textos aprovados na Chamada



Cuiabá será a cidade-sede do evento em 2015

de Trabalhos. Inscrições realizadas até o dia 31 de julho têm desconto. Para mais informações, acesse: www.conferenciaanprotec.com.br.

Novas capacitações do Cerne são realizadas em Brasília e Manaus

No mês de junho, Brasília (DF) e Manaus (AM) sediaram capacitações sobre o modelo Cerne (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos). Na Capital Federal, os dois primeiros dias de curso, 15 e 16 de junho, registraram 26 inscritos, que participaram do Workshop de Nivelamento e do Curso de Implantação Cerne 1, focado no desenvolvimento dos empreendimentos. Já os dias 17 e 18 foram dedicados a 28 inscritos que já haviam participado da primeira etapa da capacitação – o curso do Cerne 1 é pré-requisito para este curso – e que estavam aptos ao Curso de Implantação Cerne 2 – segundo estágio de aplicação do modelo, focado em gestão organizacional.

Essa segunda etapa de capacitação, focada em gestão organizacional, foi ministrada pela primeira vez desde a criação do Cerne. Para a diretora do Núcleo de Extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Janete Soares, a capacitação esclareceu de que forma o Cerne 2 deverá ser trabalhado nas incubadoras. “O modelo dinâmico da capacitação, essa troca de experiência entre os parceiros, entre os gestores das incubadoras, facilitou muito o entendimento sobre quais serão os passos que teremos que dar de agora em diante para implantar o Cerne 2”, afirmou Janete. O Núcleo de Extensão atua junto à gestão da incubadora da UEMS, a Fênix.

Alguns dias depois, entre 23 e 26

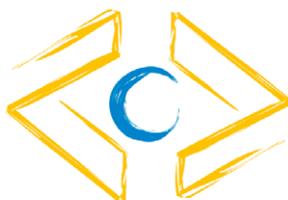
de junho, a equipe do Cerne esteve em Manaus para realizar um curso de capacitação promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) e pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). De acordo com a diretora técnica da Fapeam, Andrea Waichman, em 2012 a Fundação criou um programa de apoio a incubadoras para estruturar mais ambientes como esses no Amazonas. “Com essa iniciativa, queremos incentivar a criação de novos negócios e empreendimentos inovadores no estado”, disse.

Saiba mais sobre o Cerne na página 41.

Anprotec abre inscrições para premiação de ambientes e empresas

Estão abertas, até o próximo dia 10 de agosto, as inscrições para o Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador. A premiação, promovida por Anprotec e Sebrae, chega à 19ª edição neste ano e tem por objetivo reconhecer e prestigiar projetos, incubadoras de empresas, parques tecnológicos e empresas graduadas e incubadas que, por meio de suas ações, serviços e produtos, fortalecem o movimento do empreendedorismo inovador no país.

Serão premiadas instituições e empresas em seis categorias: melhor



PRÊMIO NACIONAL de Empreendedorismo Inovador

EDIÇÃO 2015

incubadora de empresas orientada para a geração e uso intenso de tecnologias (PIT), melhor incubadora de empresas orientada para o desenvolvimento local e setorial (DLS), melhor

parque científico e tecnológico (PCT), melhor projeto de promoção da cultura do empreendedorismo inovador (CEI), melhor empresa incubada (EI) e melhor empresa graduada (EG).

Os vencedores serão revelados no dia 3 de dezembro de 2015, durante o Café da Manhã Anprotec & Parceiros, evento promovido anualmente pela Associação, em Brasília (DF). Os premiados receberão troféus, certificados, passagens aéreas para viagens de estudos e negócios, além de R\$ 60 mil em dinheiro – total distribuído entre os vencedores das seis categorias.

Associação firma acordo com a Anjos do Brasil

A Anprotec e a Anjos do Brasil assinaram, no último mês de maio, um acordo de cooperação com o objetivo de promover ações de fomento e capitalização de novas empresas, que incluem a aproximação com fundos de capital-semente. Para isso, as entidades realizarão capacitações sobre investimento-anjo para empreendedores e trabalharão na aproximação entre investidores e empreendedores

inovadores vinculados a parques tecnológicos e incubadoras.

Segundo o presidente da Anjos do Brasil, Cassio Spina, o acordo concilia dois pontos essenciais à inovação. “A parceria une dois elos fundamentais para o desenvolvimento da inovação no Brasil: os parques tecnológicos e incubadoras de empresas, onde essa inovação é gerada, ao capital empreendedor que as leva para o mercado”, explicou.

Para a presidente da Anprotec, Francilene Procópio Garcia, o acesso ao capital-semente é ainda um desafio do movimento de empreendedorismo inovador no Brasil. “Com essa parceria, vamos unir esforços para estreitar as relações e aproximar investidores dos negócios inovadores que são apoiados por parques tecnológicos e incubadoras de todo o país”, afirmou Francilene.

Movimento em destaque

Das 10 empresas que conquistaram o Prêmio Nacional de Inovação 2015, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Sebrae, duas estão vinculadas a incubadoras de empresas e parques tecnológicos associados à Anprotec.

A Hi Technologies, incubada na Incubadora do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), de Curitiba, venceu na modalidade pequena empresa, e a Tecsisstel, instalada no Parque Tecnológico São Leopoldo (Tecnosinos), Rio Grande do Sul, conquistou

o prêmio de melhor agente local de inovação da indústria. O anúncio dos vencedores foi realizado no último dia 14 de maio, durante o 6º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, também promovido por CNI e Sebrae.

Missão Internacional 2015/2 tem Ásia como destino

Após concluir com sucesso a primeira Missão Internacional de 2015 (saiba mais na página 34), a Anprotec já lançou a segunda edição do ano, agora com destino à Ásia. Entre os dias 12 e 26 de setembro, serão realizadas visitas a ambientes de inovação da Coreia do Sul e da China, onde a delegação brasileira também participará da 32ª Conferência Mundial da IASP – International Association of Science Parks and Areas of Innovation.

Com o tema “New Technologies, New Industries, New Communities”



(Novas Tecnologias, Novas Indústrias, Novas Comunidades), a Conferência da IASP será realizada de 22 a 25 de setembro no Zhongguancun Science Park (Z-Park), localizado em

Pequim. Primeiro e mais importante parque tecnológico da China, o Z-Park é também um dos maiores do mundo. Reúne 16 subparques, com cerca de 40 universidades e mais de 20 mil empresas de alta tecnologia, concentrados principalmente na região norte da cidade, numa área de 488 quilômetros quadrados.

As inscrições para a Missão Internacional 2015/2 estão abertas até o próximo dia 14 de agosto e podem ser realizadas no site da Anprotec (www.anprotec.org.br).

Brasil e China assinam acordos sobre ambientes de inovação

Autoridades governamentais do Brasil e da China, cientistas e empresários se reuniram no último dia 19 de junho, durante o 2º Diálogo de Alto Nível em Ciência, Tecnologia e Inovação, para debater parcerias na área de ciência e tecnologia. Entre as áreas promissoras para parcerias foram destacadas as de novas energias e materiais, ciências agrárias, tecnologia da informação, internet e ambientes de inovação.

No encontro, os ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, Aldo Rebelo, e da Ciência e Tecnologia da China, Wan Gang, assinaram memorando de entendimento na área de parques tecnológicos, o que pode estreitar ainda mais a relação entre as duas nações. A Anprotec trabalhou junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na elaboração desse memorando.

A parceria é fruto da Missão Internacional que a Associação realizou para a China no ano passado e que contou com a participação de representantes do MCTI. “Brasil e China têm desafios comuns na área social, como alimentar grandes populações, desenvolver a agricultura, elevar o padrão de vida das pessoas e enfrentar graves problemas de saúde pública. Eu acho que podem unir cada vez mais seus esforços para cooperação, pois só têm benefícios. Não existe nenhum risco de gerar prejuízo para ninguém”, afirmou Rebelo.

Para o ministro da República Popular da China, a parceria entre os dois países já traz benefícios concretos para a economia e a sociedade, e ainda pode avançar muito com a cooperação em parques tecnológicos.



Assinatura dos acordos foi realizada em 19 de junho

“Os parques tecnológicos são a forma concreta de dar um passo adiante para a inovação. São plataformas de troca de conhecimento, comunicação e espaço de trabalho conjunto. Tecnologia e inovação são o motor da economia nesses tempos modernos, em um mundo de grandes mudanças. Brasil e China, sendo países em desenvolvimento, precisam investir em inovação para colher desenvolvimento econômico”, destacou Wan Gang.

Incubadoras do Centro-Oeste promovem encontro em Brasília

Brasília foi sede do X Encontro Regional de Incubadoras do Centro-Oeste (Erinco), uma iniciativa da Rede Centro-Oeste de Inovação (RedeCO). Promovido este ano pela Rede Candanga de Incubadoras, em Brasília (DF), o evento tinha por objetivo integrar as redes de inovação dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, incubadoras de empresas integrantes, empreendimentos incubados, empreendedores e agentes de inovação.

Durante a abertura do Encontro, a superintendente da Anprotec, Sheila Oliveira Pires, comemorou a reali-

zação consecutiva desses encontros no Centro-Oeste, destacando que a iniciativa reflete o trabalho e a dedicação das redes e incubadoras da região. “As discussões estão muito focadas em temas que são uma realidade, como o Cerne, um modelo de gestão que já se consolidou dentro do movimento. As discussões do evento estão sempre permeando as boas práticas e, na maioria das vezes, trazem boas ideias para as atividades da Conferência Anprotec, que acontece no segundo semestre”, disse.

Entre as atividades realizadas estavam discussões, palestras, workshops,



Divulgação

A superintendente da Anprotec, Sheila Pires, participou do evento

divulgação e troca de experiências e de boas práticas de incubação vivenciadas pelas incubadoras de empresas, com foco na disseminação do empreendedorismo inovador.

Anprotec é parceira do InovAtiva Brasil

A Anprotec está entre as instituições parceiras da terceira edição do InovAtiva Brasil, programa de aceleração de negócios e mentoria especializada para startups, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A expectativa é de que sejam selecionados cerca de 300 projetos, com o objetivo de desenvolver o ambiente inovador brasileiro. As inscrições

foram encerradas em 28 de junho e a divulgação dos selecionados deve ocorrer ainda no mês de julho.

Com novidades na edição 2015, o programa oferecerá aos finalistas acesso diferenciado a editais de fomento, além de perspectiva de internacionalização por meio do Prosperity Fund, programa de cooperação do Reino Unido. “O principal diferencial desta edição é a aproximação com en-

tidades e fundos de fomento, que vão gerar oportunidades para os participantes desenvolverem seus projetos de acordo com as demandas reais da indústria, gerando negócios de sucesso”, afirmou o secretário de Inovação do MDIC, Marcos Vinícius de Souza. Nas duas edições anteriores, o programa recebeu mais de 2,3 mil inscrições de projetos, dos quais 178 receberam mentoria e 95 foram finalistas.

Parque Tecnológico da URFJ inaugura programa de visitas

O Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro deu início, no mês de junho, a um programa de visitas. Guiadas por profissionais da instituição, essas visitas são voltadas a qualquer pes-

soa que queira entender um pouco mais sobre o ambiente de inovação e empreendedorismo.

Os visitantes têm a oportunidade de conhecer melhor o histórico da instituição e sua atuação, bem como

as instalações do Parque e da Incubadora de Empresas da COPPE/UFRJ, onde são apresentadas as empresas e laboratórios. As inscrições para participar do programa podem ser feitas no site www.parque.ufrj.br.

Cietec remodela processo seletivo

Para marcar seus 17 anos de história, o Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (Cietec), entidade gestora da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de São Paulo, remodelou seu processo seletivo. A escolha das novas startups incubadas agora se dá por meio de processo de seleção contínuo, realizado em qualquer data em que o candidato apresentar uma proposta.

Aberto o ano todo, o novo formato de seleção surge para atender a demanda dos ingressantes com mais eficiência. “O mundo das startups é marcado pela dinâmica e agilidade dos empreendedores. O olhar atento para a abertura de oportunidades faz a diferença para quem quer construir

um projeto relevante, sobretudo em áreas tecnológicas”, explica o diretor executivo da incubadora e diretor da Anprotec Sergio Risola.

No novo modelo, a equipe de gestores do Cietec aprovará internamente os projetos mais consistentes

e os direcionará para um programa específico de capacitação. Nesse período, definido em seis meses, serão realizados cursos, workshops com foco em agências de fomento, além de

metodologias como Business Model Canvas e Lean Startup. Após o período inicial, os projetos serão reavaliados pelos Gestores do Cietec para confirmação do processo de incubação.



Sede do Cietec, na capital paulista

Divulgação/Cietec

Incubadora de Viçosa, em Minas Gerais, realiza evento sobre empreendedorismo

Realizado no último dia 9 de junho, o VIII Seminário de Prospecção de Novos Negócios proporcionou uma tarde de discussões sobre temas relacionados a inovação e empreendedorismo no Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (CenTev).

O Seminário foi realizado pela Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IEBT) com o objetivo de incentivar o empreendedorismo inovador, por meio de palestras ministradas por profissionais e empresários de várias partes do Brasil. O público do evento era formado, em

sua maioria, por alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e de outras instituições de ensino da região.

Também participaram da oitava edição do evento gestores e profissionais do Centev, além de empreendedores e parceiros da incubadora.

Vice-presidente da Anprotec participa de evento da IASP

O vice-presidente da Anprotec e presidente da divisão latino-americana da IASP, Jorge Audy, participou, em junho, da oficina “O impacto da inovação: parques científicos e tecnológicos e áreas

de inovação – Acelerando as transformações sociais”, na Fundación Ciudad del Saber del Panamá, no Panamá. O evento tinha por objetivo promover o desenvolvimento da inovação tecnológica e social, assim

como novos modelos inclusivos que gerem soluções sustentáveis e replicáveis para os atuais desafios sociais e ambientais das comunidades mais vulneráveis. O evento reuniu representantes de 13 países.

Cidade de Londrina terá incubadora social

Desenvolver novos negócios e contribuir para a geração de emprego e renda é o objetivo da nova Incubadora Social que será implantada em Londrina (PR). A iniciativa é fruto da parceria entre a Agência de Inovação Tecnológica (Aintec), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e o Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território (DIST), que é executado pelo Instituto Fazer

e pelo Instituto Pólis, com recursos do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal.

A Aintec é a atual gestora da Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica da UEL (Intuel). De acordo com Edson Miura, diretor da Agência, a proposta da incubadora social é fazer com que o empreendedor possa melhorar sua condição de vida, abrindo novas oportuni-

des de conhecimento. “A incubadora vai levar em conta o potencial de desenvolvimento da região, criando não só novos negócios, mas fazendo com que as empresas incubadas possam crescer, gerar renda e ter o foco no desenvolvimento das pessoas”, completa.

A expectativa é que as primeiras empresas incubadas já estejam instaladas no mês de novembro.

Raiar é a primeira incubadora certificada pela EBN na América

A Raiar, incubadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), tornou-se a primeira incubadora de empresas do continente americano a receber a certificação de qualidade Business and Innovation Centers (BIC). O título foi concedido à unidade pela European Business Innovation Centre Network (EBN) – rede europeia que congrega incubadoras.

Para a gerente da Raiar, Flavia Ferro Cauduro, a transformação da incubadora em primeiro BIC das Américas

consolida um vínculo importante com a EBN. “Esse passo é fundamental para o processo de internacionalização da Raiar e do Tecnopuc”, observa a gestora. Esta é a segunda conquista importante da incubadora em menos de seis meses. No fim do ano passado, a Raiar foi eleita a Melhor Incubadora de Empresas Orientada para a Geração e Uso Intenso de Tecnologias do Brasil, no Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador, concedido pela Anprotec.



Flavia, gestora da Raiar: internacionalização em curso

Divulgação

Código de CT&I tem nova proposta de texto

No último dia 18 de junho, a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação apresentou à comunidade científica e empresas o substitutivo do relator, deputado Sibá Machado (PT/AC), ao projeto de Lei (PL) 2177/11, também chamado de Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A superintendente executiva da Anprotec, Sheila Oliveira

Pires, participou da reunião da Frente Parlamentar que debateu sobre pontos do substitutivo.

A proposta trata da regulamentação das leis referentes ao setor, tem regime de urgência e foi entregue ao presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Apesar do avanço, o texto ainda apresentava pendências. Um novo substitutivo foi encaminha-

do pelo Poder Executivo, retirando medidas da proposta inicial. “O texto enviado pelo governo veio faltando muita coisa. Se for aprovado, vai ser muito importante para o pesquisador e para as empresas. Mas ainda precisa de alguns ajustes para ficar como gostaríamos”, observou Sibá Machado, que também é conselheiro da Anprotec.



A serviço da criatividade

Apontadas como fundamentais ao desenvolvimento sustentável, criatividade e inovação passaram de diferenciais a foco de negócios promissores. No Brasil não é diferente: a economia criativa se consolida rapidamente como uma atividade econômica de peso, que vem sendo impulsionada pelo apoio de incubadoras de empresas nas diferentes regiões do país.

Há muito se fala sobre economia criativa, mas é bem verdade que nos últimos anos esse se tornou um tema cada vez mais recorrente quando o assunto é a geração de novos empreendimentos. O termo foi proposto em 2001 por John Howkins, escritor e empresário de mídia britânico, para definir 15 setores diversos, que iam das artes à ciência e tecnologia. Naquela época, alardeava Howkins, esses setores movimentavam US\$ 2,2 trilhões e apresentavam potencial de crescimento próximo a 5% ao ano.

Passada mais de uma década desde a popularização do conceito, os números da economia criativa continuam promissores. O Relatório de Economia Criativa 2013, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revela que o segmento está entre os que crescem mais rápido no mundo econômico, não apenas em termos de geração de renda, mas também na criação de empregos e ganhos na exportação.

De acordo com os dados publicados no relatório, o comércio mundial de bens e serviços criativos totalizaram um recorde de US\$ 624 bilhões apenas em 2011, mais do que duplicando no comparativo com 2002. Além disso, nesse mesmo período as exportações de produtos do segmento registraram

aumento médio anual de 8,8% em todo o mundo. Nos países em desenvolvimento, esse crescimento foi ainda mais significativo, chegando a um aumento médio de 12,1% ao ano.

A vocação criativa do brasileiro encontrou terreno fértil nesse nicho de negócios. O *Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil*, publicado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) em dezembro de 2014, aponta que o segmento gera mais de R\$ 126 bilhões ao ano, o que representa 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e avanço de 69,8% na última década. Em termos comparativos, o PIB brasileiro cresceu 36,4% nesses mesmos 10 anos.

Pioneirismo

O Rio de Janeiro deu os primeiros passos na consolidação do segmento no Brasil, a partir da implantação do projeto Rio Criativo, em 2009, que deu origem à primeira incubadora pública de economia criativa do país. Com o suporte técnico do Instituto Gênese, da PUC-Rio, a incubadora atende hoje a empreendedores e produtores culturais dos 92 municípios fluminenses. O modelo do Rio Criativo foi replicado para outros estados brasileiros pelo Ministério da Cultura por meio de convênios com os governos estaduais (ver box na página 19).

EVOLUÇÃO DO PIB CRIATIVO



De acordo com a gerente institucional de empreendedorismo do Instituto Gênesis, Julia Zardo, o país sempre se destacou por sua diversidade e representações culturais muito fortes, mas só agora o poder público e a própria sociedade civil começam a enxergar os potenciais negócios que podem ser gerados a partir dessa riqueza cultural. “A estrutura financeira e institucional do segmento no Brasil está mais organizada. Há a percepção de uma convergência entre a tecnologia e a economia criativa que dinamiza ainda mais esse processo. As entidades de classe estão se organizando mais para definir pleitos nacionais na área”, explica.

Nesse sentido, Julia defende que as incubadoras e os agentes de estímulo e apoio ao empreendedorismo devem se posicionar como protagonistas na geração de ambientes criativos e na promoção da inovação produtiva e criativa. “Esses ambientes têm se tornado cada vez mais importantes nos processos de desenvolvimento socioeconômico de regiões, com foco principal na inovação,

na cooperação, no capital social e na valorização dos aspectos culturais locais”, complementa. Para ela, iniciativas como o Rio Criativo, o Porto Digital, no Recife (PE), e o Sapiens Parque, em Florianópolis (SC), são bons exemplos de mecanismos com foco nos negócios criativos.

Em alta

Entre os setores da economia criativa que apresentam forte crescimento está a produção audiovisual. O surgimento e a disseminação de novas tecnologias têm multiplicado as plataformas de distribuição do conteúdo, resultado do aumento do consumo de *video on demand* e *on streaming*. Além disso, a criação do Fundo Setorial do Audiovisual e a promulgação da Lei 12.485, em 2011,



Divulgação

Julia, do Instituto Gênesis: convergência com tecnologia dinamiza o segmento

BRASIL CRIATIVO

A iniciativa pioneira do Rio de Janeiro inspirou o Ministério da Cultura (MinC) a replicar o modelo em outros estados brasileiros e promover o programa Brasil Criativo. Desde 2009, já foram criadas incubadoras criativas em outros sete estados e no Distrito Federal: Acre, Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pernambuco e Goiás. De acordo com a diretora de Empreendedorismo, Gestão e Inovação do MinC, Georgia Nicolau, o Ministério já promoveu 15 mil atendimentos, entre consultorias, oficinas, palestras, cursos e eventos para as novas incubadoras. “Em todas as incubadoras, incluindo a Rio Criativo, o MinC já aportou R\$ 30 milhões – uma média de R\$ 1,5 milhão por incubadora, com a contrapartida do governo do estado que varia entre R\$ 200 e R\$ 250 mil”, explica Georgia.

A diretora conta que a atuação do MinC nos estados busca também o engajamento da sociedade civil para que a economia criativa se torne, efetivamente, uma política regional. “Esse tipo de iniciativa tem que ser permanente, não pode ser influenciada pela mudança constante de governos. Trabalhamos para que as incubadoras realizem articulações institucionais em suas localidades, formando parcerias com universidades e com o Sebrae local, por exemplo”, afirma.

De acordo com Georgia, novas incubadoras do Brasil Criativo devem ser inauguradas ainda em 2015 em Minas Gerais, Paraná, Ceará, Rio Grande do Sul e Amazonas. Todas trazem a mesma característica: são estruturadas por meio de convênio com o governo estadual e instaladas nas capitais, com exceção do Amazonas – onde a sede será em Parintins.



No alto, os sócios da Mr. Plot. Acima, a simpática criatura que alavancou a empresa, Bita

consolidaram políticas públicas estratégicas para o avanço do setor.

Essa expansão é percebida, inclusive, fora do eixo Rio-São Paulo. A Mr. Plot produções, por exemplo, graduada pelo Portomídia, incubadora de economia criativa do Porto Digital, vive um momento que vai contra todas as estatísticas econômicas para o ano de 2015. De acordo com o CEO da empresa, Felipe Almeida, o faturamento em 2014 foi de R\$ 400 mil e a expectativa para este ano é triplicar esse valor, chegando a R\$ 1,2 milhão. “Estamos no começo da nossa caminhada. A Mr. Plot vai fazer quatro anos em julho e só agora estamos chegando no ponto de equilíbrio. Durante a trajetória, aprendemos a ter paciência e foco, para mantermos uma qualidade superior na produção mesmo em momentos difíceis”, conta Almeida.

Com 10 funcionários, entre ilustradores, animadores, programadores e pessoal de

operações, a empresa é responsável pelo personagem Bita, já muito querido pelas crianças brasileiras e que está hoje no Netflix e no Discovery Kids. A ideia surgiu em 2011, quando Chaps Melo, sócio de Almeida e ilustrador da Mr. Plot, teve sua primeira filha e criou para o quarto dela um personagem rechonchudo de bigode laranja e cartola: o Bita. A brincadeira logo se tornou um negócio que tinha como objetivo produzir aplicativos educativos de qualidade. “Entre os personagens, havia aquela simpática figura. Todos adoraram o personagem, que ganhou o nome de Bita e estreou a primeira historinha digital da Mr. Plot, chamada ‘Circo Mágico do Bita 1’”, lembra Almeida.

Desde então, já vieram outros dois aplicativos, a produção de clipes em desenho animado, dois DVDs, um curta metragem que deve estreiar ainda em 2015, 45 milhões de visualizações no YouTube e um disco de ouro pela venda dos produtos. Mesmo diante de tão bons resultados, Almeida procura se manter cauteloso: “Mantemos os pés no chão e um planejamento de longo prazo. Tudo indica que o nosso ano mágico será 2017. Até lá, temos muito chão pela frente”.

A Luau Inteligência Sonora também aposta no setor para se consolidar no mercado. A empresa foi criada em 2012 por Rodrigo Schier e seu sócio, e está instalada na incubadora Raiar, da PUCRS, em Porto Alegre (RS). A Luau produz identidade sonora para marcas, produtos e serviços, o chamado sound branding. O portfólio da empresa envolve também sound design, que é a trilha sonora para produtos audiovisuais, e sound experience – ações que potencializem experiências em ambientes físicos e virtuais.

De acordo com Schier, a empresa já conta com clientes como ThyssenKrupp e Odebrecht, e começa a trabalhar na identidade sonora de startups e do Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS. “Temos como meta crescer 30% este ano, expandindo os negócios geograficamente. O principal objetivo da Luau em 2015 é tornar a empresa conhecida no mercado”, conclui Schier.

Inserção global

Para a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a economia criativa já desponta como setor estratégico para inserção brasileira no mercado global. De acordo com o gerente de exportação da Apex, Christiano Braga, a agência apoia hoje 700 empresas, grandes e pequenas, da indústria criativa nacional para que exportem e se internacionalizem. “Trabalhamos desde a articulação com as agências reguladoras para a entrada dos produtos nos mercados, com processos que facilitam a exportação, até as estratégias de posicionamento das empresas e dos artistas brasileiros lá fora”, afirma Braga.

Também no mercado externo, o setor audiovisual brasileiro tem ganhado destaque. A Apex-Brasil desenvolve três grandes programas para o setor, que envolvem hoje 333 empresas nacionais. Em 2014, esses empreendimentos faturaram juntos, por meio dos programas da Apex, mais de US\$ 71,4 milhões. Para Braga, a presença ininterrupta

do Brasil em festivais internacionais também reflete o bom momento do audiovisual brasileiro. “O país é presença constante em festivais como os de Cannes, Berlim e Guadalajara, por exemplo”.

Para desenvolver ainda mais esse potencial, a Agência está desenvolvendo um projeto conjunto com a Anprotec para a internacionalização de empresas ligadas a incubadoras e parques tecnológicos, com produtos e serviços de alto valor agregado. Dentre os segmentos apoiados está a economia criativa. “As empresas instaladas em incubadoras e parques já têm um diferencial competitivo pelo tipo de produto que estão desenvolvendo”, resume Braga.

Trabalho e renda

O mapeamento da indústria criativa no Brasil, produzido pela Firjan, mostra ainda um domínio dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro na geração de emprego e renda no setor (veja infográfico na próxima página).

No Nordeste, o estado com maior representatividade da classe criativa no mercado de trabalho formal é o Ceará (1,4%). Isso reflete principalmente a força da moda, responsável por 14% dos empregos criativos cearenses, maior percentual do país nesse segmento e mais de duas vezes superior ao patamar nacional (6,4%).

Tais resultados impulsionam novos negócios no estado. No fim de 2014, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza, em parceria com a Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará (RIC), inaugurou a primeira incubadora de economia criativa da Rede Cuca – programa da prefeitura de proteção social e de oportunidades que atua em

Braga, da Apex-Brasil: segmento é estratégico para inserção do país no mercado global



GRANDES NÚMEROS

892,5 MIL

era o número de profissionais envolvidos com economia criativa em 2013. Desses:

→ **349 mil**

em São Paulo

→ **107 mil**

no Rio de Janeiro

420 MIL

empregos gerados nos últimos 10 anos:

→ *alta de 90%,*

frente a 56%

do mercado de

trabalho brasileiro

no período

Fonte: Firjan

três bairros da periferia da capital cearense.

No primeiro ano de funcionamento, a incubadora já abriga 12 empreendimentos. “São 26 jovens de 16 a 29 anos que atuam como empreendedores na incubadora em setores como moda, games, arquitetura, decoração, TIC, fotografia, filmagem e grafite”, relata a presidente da RIC e atual gestora da incubadora, Técia Carvalho. Segundo ela, o

foco do apoio aos empreendedores está voltado, neste momento, ao desenvolvimento do negócio e não do produto. “Os jovens estão passando por capacitações em gestão do empreendimento, gestão da inovação e gestão de pessoas. Replicaremos esse modelo nas outras incubadoras da Rede Cuca”, explica.

Sobre a iniciativa de atuar na periferia de Fortaleza, Técia afirma que o estado é muito criativo e possui muitas iniciativas que não têm uma roupagem de negócio. “A incubadora vai ajudar esses jovens a montarem seus negócios para promover o desenvolvimento local, por meio da geração de emprego e renda. O trabalho com cultura, criatividade e empreendimentos sociais aproxima e integra a comunidade. Os empreendedores estão muito comprometidos com a iniciativa”, diz. A prefeitura está investindo R\$ 800 mil na implantação das incubadoras e, em contrapartida, a RIC atua como gestora do projeto. Sinal de que a integração de incubadoras de empresas à economia criativa já é uma realidade. 

Técia, da RIC: economia criativa aproxima e integra a comunidade em Fortaleza



Divulgação



Coreia do Sul • China

Missão
Técnica

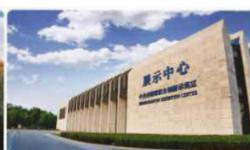
2015/2

de 14 a 25
de setembro

INSCRIÇÕES ABERTAS!



Conheça os sistemas de inovação
da Ásia: **Coreia do Sul** e **China**



E participe da 32^a
Conferência da IASP!



Organização:



Paceria:



Apesar da crise



As micro e pequenas empresas têm apresentado resultados positivos na geração de emprego e renda em meio à recessão econômica. Aliado a esse bom desempenho, o país avançou no marco legal com a universalização do Simples e, recentemente, comemorou a marca de 5 milhões de microempreendedores individuais. Absorver essa demanda de novos negócios que surge no Brasil é uma oportunidade e um desafio para incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

Desde o início de 2015, quase que diariamente, os noticiários apresentam levantamentos e informações de que este será um ano de recessão econômica. Os números realmente não são positivos. Dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início de julho, mostram que a inflação oficial brasileira, medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), aumentou 8,89% no acumulado dos últimos 12 meses. É a taxa acumulada mais alta desde dezembro de 2003, quando foi registrada uma inflação de 9,30%.

Também medida pelo IBGE, a taxa de desemprego mensal ficou em 6,7% em maio. Trata-se da maior taxa desde julho de 2010, quando o resultado do desemprego foi de 6,9%. A taxa registrada em maio supera, portanto, a do mesmo mês do ano passado (4,9%) e a registrada em abril de 2015 (6,4%). Segundo os dados do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgados em junho, em 2015 o mercado formal brasileiro acumulou uma perda de 243.948 vagas de trabalho.

Neste momento de incertezas e alta do desemprego, é natural que surjam novos negócios no país, agora abertos por necessidade, em decorrência da falta de uma opção melhor de emprego. Para a diretora técnica do Sebrae, Heloísa Menezes, é provável que em 2015 o Brasil registre crescimento nesse perfil de negócios, também impulsionados pelos avanços conquistados nos últimos anos. “Boa parte de fatores positivos para o ambiente do empreendedorismo, como aumento da escolaridade, melhora do ambiente legal e aumento do mercado de consumo tendem a continuar presentes na economia brasileira”, afirma.

A diretora informa que, segundo a última pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizada pelo Sebrae em parceria com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), em 2014, o Brasil atingiu uma das maiores proporções de negócios



Charles Damasceno

abertos por oportunidade de sua história, de 70,6%, apenas ligeiramente abaixo do índice do ano anterior, quando registrou que 71,3% dos empreendimentos foram abertos por oportunidade.

Há 12 anos, apenas 42% dos novos negócios eram abertos por oportunidade (veja gráfico na página 26). “Em pouco mais de uma década, a evolução foi quase sistematicamente positiva, tendo sido fruto de diversas mudanças importantes ocorridas no ambiente dos pequenos empreendimentos no país. Como exemplo, o nível médio de escolaridade cresceu continuamente no período, foram aperfeiçoadas significativamente as políticas públicas em favor dos pequenos negócios e o mercado de consumo deu um salto expressivo”, conclui Heloísa.

Bons resultados

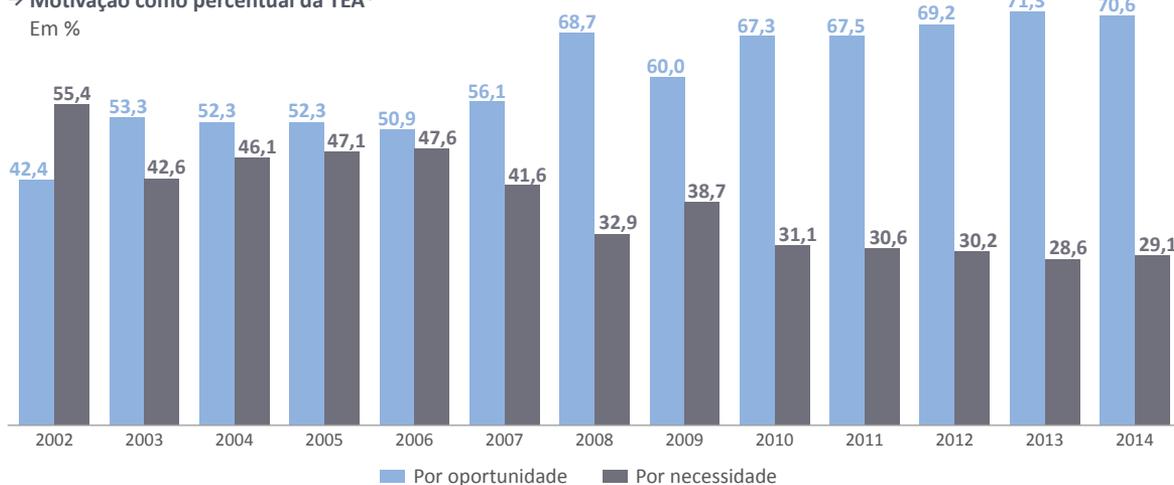
Contrariando os resultados ruins da economia, novamente em 2014 as micro e pequenas empresas (MPEs) garantiram o saldo positivo de criação de vagas de emprego do país. De acordo com o Caged, em 2014 os pequenos negócios apresentaram um saldo líquido de 526.928 novos postos, enquanto as médias e grandes empresas fecharam 380.282 vagas. No Brasil, no acumulado do ano passado, foram criados 152.714 novos postos de trabalho.

Além disso, as micro e pequenas empresas têm cumprido esse papel nos últimos 10

Heloísa, do Sebrae:
fatores positivos para o
empreendedorismo serão
mantidos no longo prazo

NOVOS NEGÓCIOS

→ **Motivação como percentual da TEA***
Em %



* Taxa de empreendedores em estágio inicial
Fonte: GEM Brasil/Sebrae e IBQP

anos, sendo responsáveis por 87,4% do saldo de geração líquida de empregos no país, contra 12,6% gerados pelas médias e grandes empresas. Só entre 2011 e 2014, o setor foi responsável pela geração de 4.963.357 vagas. Em 2005, as MPEs geraram 1,2 milhão de novos empregos contra 259 mil das grandes e médias. Em 2010, o setor apresentou o maior índice de contratação, com 2 milhões de vagas contra 617 mil das demais empresas. Nos três primeiros meses de 2015, mais 65.413 novos empregos foram criados por MPEs.

De acordo com o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), Guilherme Afif Domingos, esse segmento ainda consegue gerar postos de trabalho porque sua receita está aumentando. Enquanto o número de companhias de pequeno porte subiu 21% entre 2009 e 2013, o faturamento teve alta de 60% no período. Isso fez com que elas crescessem em ritmo superior ao da economia brasileira. Os dados compõem a proposta da SMPE para a reformulação das regras do Simples Nacional que está tramitando no Congresso Nacional (veja box na página 28). Esses dados foram levantados

por pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Sebrae.

De acordo com Afif, os resultados das micro e pequenas empresas continuam positivos nesse início de ano. “No primeiro trimestre de 2015 a arrecadação do Simples Nacional foi positiva em termos reais, assim como o saldo líquido de criação de empregos nas micro e pequenas empresas”. Segundo dados do Sebrae, 80% dos empreendedores estão otimistas e afirmam que vão manter ou ampliar os seus planos de investimentos nos próximos dois anos. “O fortalecimento desse segmento tem condições de impulsionar a economia de forma vigorosa”, completa o ministro.

Formalização da economia

Os resultados positivos das micro e pequenas empresas no Brasil têm sido acompanhados de um avanço no marco legal. Além da reformulação do Simples Nacional que tramita no Congresso, em agosto de 2014 a presidente Dilma Rousseff sancionou medida que universalizou o acesso ao sistema tributário simplificado, somando novas 143 atividades ao Simples Nacional. Com isso,

no início de 2015 mais de 502 mil empresas solicitaram adesão ao programa, um aumento de 125% em relação ao começo de 2014, quando foram registradas 223 mil adesões. De acordo com dados do Sebrae, de janeiro a maio de 2015 mais 400 mil empresas aderiram ao Simples Nacional. Até o fim de 2015, a entidade estima que algo em torno de 10,6 milhões de empresas serão optantes do Simples, o que equivale a 1 milhão de novos empreendimentos em comparação com dezembro de 2014.

Aliado a isso, em junho deste ano o Brasil atingiu o número de 5 milhões de microempreendedores individuais (MEI). O MEI é um programa de formalização e inclusão produtiva e previdenciária que atende a pequenos empreendedores pelo Simples. Hoje, todo cidadão que exerça alguma das quase 500 atividades relacionadas nas resoluções do Simples Nacional pode ser MEI, desde

que seu faturamento anual não ultrapasse R\$ 60 mil. O limite anual de faturamento dos microempreendedores também está sendo revisto pelo Congresso Nacional.

O MEI se consolidou como ponto de partida e alternativa para todo brasileiro que quer abrir o próprio negócio. Os dados mostram isso. Em julho de 2009, procuraram a formalização 1.256 pessoas. Em 2011, o MEI rompeu a marca de 1 milhão de pessoas – foram 1,6 milhão de formalizações alcançadas. Em 2012, com o aumento do limite de faturamento, de R\$ 36 mil para o R\$ 60 mil anuais, o modelo tomou corpo para chegar aos 5 milhões de microempreendedores formalizados.

O ministro Afif reforça que a formalização traz benefícios imediatos também para a arrecadação de tributos, uma vez que pessoas que não contribuía, por atuarem no mercado informal, passaram a contribuir. “Vamos

O PERFIL DAS MPES



60%

foi o crescimento do faturamento das micro e pequenas empresas de 2009 a 2013



21%

foi o crescimento do número de micro e pequenas empresas de 2009 a 2013

Em 2014, o Brasil possuía 13.209.212 MPES, que correspondiam a 93,4% do total de empresas ativas no país.



Arrecadação:

R\$ 62,8 bilhões
7,2% acima da inflação

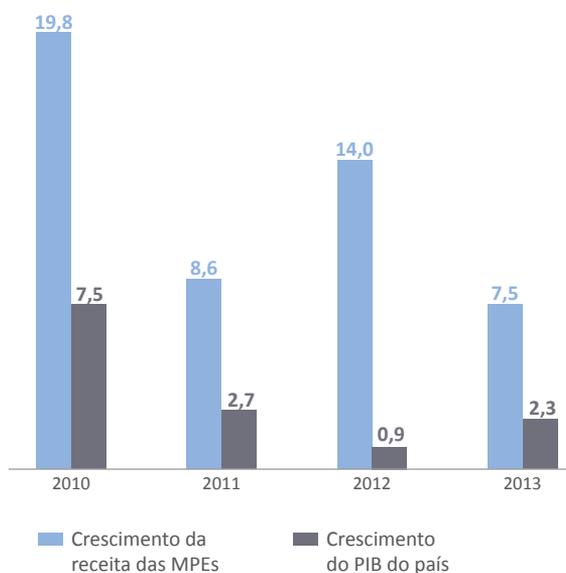


Faturamento:

R\$ 722,2 bilhões

→ Crescimento elevado

A receita das micro e pequenas empresas vem crescendo a taxas superiores às da economia brasileira



CRESCER SEM MEDO

No início de julho, a comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a reformulação das regras do Simples Nacional aprovou, por unanimidade, o projeto chamado “Crescer sem medo”, que cria o regime de transição do Supersimples e racionaliza a tributação entre as faixas de faturamento das MPes. A proposta aumenta o teto do faturamento das empresas optantes pelo Simples Nacional de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil para microempresas, e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões para pequenas empresas. Essa e outras mudanças vão possibilitar que as pequenas empresas passem para o regime de tributação de Lucro Presumido de forma mais gradual. Com a legislação vigente, há um aumento de 54% no volume de impostos de uma empresa que migra do Supersimples para o Lucro Presumido, o que desestimula as empresas brasileiras a crescerem. O projeto deve ainda ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados e depois será analisado pelo Senado.

Parlamentares, ministro Guilherme Afif Domingos e o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, comemoram aprovação



pegar o exemplo dos 5 milhões de MEIs que estavam, em sua maioria, na informalidade. Hoje, esses pequenos empreendedores passaram a contribuir. Antes, não contribuíamos. Quando todos pagam menos, o governo arrecada mais”, afirma.

Empreendedorismo inovador

Para os especialistas, a inovação é componente fundamental do desenvolvimento econômico independentemente do momento de recessão ou de crescimento da economia. Mas também é consenso que em situações de crise os negócios inovadores resistem mais e apresentam comportamentos diferentes. “[Em um cenário como esse] há espaço para os negócios inovadores, em especial aqueles que podem gerar inovações que reduzem custos, já que a busca pelo aumento da eficiência da economia tende a ser mais forte nesse contexto de menor demanda agregada. Assim, 2015 será um ano de ajustes e se sairão melhor aqueles negócios que realizarem os melhores ajustes na direção da maior eficiência”, avalia Heloísa Menezes, do Sebrae.

Segundo a presidente da Anprotec, Francilene Garcia, são nos momentos de insegurança que os empreendimentos inovadores buscam novas oportunidades de crescimento e sustentabilidade. “Em tempos de crise, também conta a capacidade do empreendedor de

perceber e apresentar alternativas para lidar com recursos escassos e mudanças nas prioridades no perfil de consumo. A visão seletiva do empreendedor inovador pode ser uma importante aliada em momentos de recessão da economia”, afirma.

De acordo com o ministro Afif, a vontade de inovar e de empreender dos brasileiros aumenta com a crise. “Atualmente, 64% da população tem vontade de ter seu próprio negócio. Na década de 1980, durante a maior crise

que o Brasil já enfrentou e quando muitos trabalhadores foram demitidos e não conseguiram outros empregos, eles usaram o dinheiro da rescisão para abrir pequenos negócios e descobriram que poderiam ganhar muito mais como empresários”, explica.

A crise enfrentada pelo Brasil durante os anos 1980 e início da década seguinte coincidiu com o surgimento das primeiras incubadoras de empresas no país. Esses mecanismos de apoio à inovação se consolidaram em meados da década de 1990 e representaram para muitos empreendedores um auxílio para alavancar seus negócios em meio à crise do período.

Parques e incubadoras

Se em 1995 o Brasil contava com 27 incubadoras de empresas e três parques tecnológicos, hoje já são cerca de 400 incubadoras e 94 iniciativas de parques no país. O momento se mostra propício para que esses ambientes estejam ainda mais preparados para atender a demanda dos novos empreendedores. Se por um lado a crise obriga brasileiros a abrirem seu próprio negócio, por outro ainda há o crescimento elevado de empreendedores por oportunidade e um novo contingente de pessoas formalizando seus negócios com a universalização do Simples.

Para Francilene Garcia, da Anprotec, essa é uma imensa oportunidade para os ambientes de inovação brasileiros, que deverão atuar de duas maneiras: “Auxiliando a micro e pequena empresa inovadora a optar pelo melhor regime de tributação, considerando sua área de atuação e faturamento nos primeiros anos de sua operação; e estudando a melhor forma de apoiar outros segmentos produtivos, ora incluídos no Simples Nacional, com iniciativas que viabilizem estratégias de crescimento mais inovadoras e sustentáveis”.

A diretora técnica do Sebrae, Heloísa Menezes, avalia que o incentivo e a criação desses ambientes de inovação devem

ser tratados como prioridade em momentos como esse. “Se pensarmos nas incubadoras de empresas como ambientes propícios a esses empreendimentos, vislumbraremos oportunidades para essas iniciativas, uma vez que oferecem suporte operacional e administrativo, bem como acesso a orientações e capacitações, inclusive quanto à captação de recursos a custos subsidiados, tornando-se grande atrativo aos empreendedores, sobretudo na fase inicial do empreendimento”, resume.

Para Afif, os parques e incubadoras são ambientes fundamentais para assegurar o desenvolvimento de ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. “É, portanto, uma ótima oportunidade para ampliação da ação dos parques tecnológicos e das incubadoras, reforçando o seu papel de fomento ao empreendedorismo e à criação de trabalho e renda na sociedade”, afirma. Nesse sentido, é fundamental que parques e incubadoras brasileiros estejam preparados para atender essa demanda e ajudar o país a superar o período de recessão. 



Marco Nascimento

Ministro Afif, da SMPE: com a formalização dos microempreendedores individuais, o país arrecada mais impostos

Francilene, da Anprotec: incubadoras e parques têm uma oportunidade para atender a nova demanda de empreendedores brasileiros



Wenderson Araújo

Quanto vale?

Mensurar o valor de um negócio não é tarefa fácil: não há receita de bolo e os processos de avaliação envolvem uma dose de subjetividade. A análise financeira de uma empresa exige mais do que conhecimentos técnicos em finanças e contabilidade. Demanda também conhecimento sobre o mercado e o setor em que o empreendimento atua.

“Afinal, qual é o valor do meu negócio?” Essa pergunta é feita constantemente pelos empreendedores, seja por necessidade — quando, por exemplo, a empresa vai receber um sócio investidor —, por prática de gestão ou para organizar e pensar o negócio no longo prazo. O processo mais tradicional utilizado para fazer a estimativa do valor de uma empresa de forma sistematizada, usando modelo quantitativo e metodologia consolidada pelo mercado, é chamado de *valuation* (valoração, em tradução livre).

De acordo com o guia sobre *valuation* *Quanto vale o meu negócio?*, publicado pela Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital (Abvcap) e elaborado pela EY, o processo de valoração envolve certa dose de subjetividade, uma vez que existem percepções diferentes de valor, dependendo de quem está analisando itens como panorama do setor, mercado e maturidade da empresa, entre outros. Por isso, a análise financeira de uma empresa exige mais do que conhecimentos técnicos de finanças e contabilidade. É preciso ter conhecimento de mercado e do setor em que o empreendimento atua.

Para o sócio líder no Brasil de Valuation Business Modelling da EY, Sergio Almeida, que participou da elaboração do guia, o processo de *valuation* deveria ser percebido pelos empreendedores como uma ferramenta de gestão. “Toda empresa deve passar por esse processo para gerenciar seu negócio. O *valuation* é uma prática que, quando utilizada de forma contínua, permite anular incertezas, realizar um planejamento factível no longo prazo e obter um conhecimento real da companhia”, explica.

Almeida ressalta que a maior dificuldade do empreendedor ao passar por esse processo é o lado emocional. “Eles [os empreendedores] querem colocar na conta toda a dificuldade que passaram para desenvolver aquele negócio”, afirma. Essa foi uma ques-

tão deixada de lado pelo CEO da Siteware, Marcello Ladeira, quando a empresa passou pelo processo de *valuation* para receber investimentos do fundo Criatec II, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ladeira argumenta que o empreendedor deve ter desprendimento em momentos como esse. “Não pode ficar ofendido quando avaliarem mal”, enfatiza.

A atitude trouxe bons resultados. Após passar por um processo de *valuation* que durou cerca de 60 dias, a Siteware, que desenvolve sistemas simplificados de gestão para empresas de todos os portes, teve parte de suas ações vendidas para o fundo e recebeu um aporte de R\$ 2,5 milhões. Fundada em 2000, a Siteware deu um salto entre 2010 e 2014, quando cresceu, em média, 50% ao ano e instalou-se no Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC). A empresa conta hoje com uma carteira de 40 clientes, que inclui gigantes brasileiras como Votorantim e Vale.

Para Ladeira, a conquista de bons resultados se deu graças ao investimento no corpo de gestores, realizado pela empresa em 2010. Essa qualificação possibilitou a implantação de uma metodologia consolidada de gestão na empresa. “Foi graças a esse grau de maturidade e à boa avaliação da gestão da Siteware, resultante do processo de valoração, que conseguimos o investimento do Criatec II”, analisa.

Como fazer

De acordo com especialistas, não há uma receita de bolo para o *valuation*, mas existem diversos métodos de avaliação. Dentre eles, o mais conhecido e mais aceito é o de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que se baseia na expectativa de resultados futuros da empresa avaliada. Foi esse o método utilizado pela empresa FC Partners para avaliar o valor da Siteware antes da entrada no fundo Criatec.



Divulgação

Almeida, da EY: o *valuation* pode ser utilizado como ferramenta de gestão



Acesse o guia da Abvcap/EY



Leo Lara
Ladeira, da Siteware:
o empreendedor deve
ter desprendimento
durante o processo

Segundo o sócio-diretor da empresa mineira, Ricardo Silva, independentemente da metodologia utilizada é essencial que o empreendedor conheça muito bem o mercado em que a empresa está inserida e o próprio negócio, incluindo os pontos fortes e fracos, a capacidade instalada e as competências técnicas. “Geralmente os principais erros são relacionados à ausência de informações operacionais e financeiras consistentes, ao pouco conhecimento do mercado e do seu potencial e, principalmente, à interferência de aspectos emocionais e subjetivos durante a avaliação”, afirma.

Faturamento zero

O FCD também foi utilizado pela Trust&Co Investimentos para realizar o

valuation da SmartLife, empresa incubada na Raiar, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mas, nesse caso, o empreendedor ainda está desenvolvendo seu produto e não possui faturamento. De acordo com o CEO e fundador da SmartLife, Gustavo Back, a apresentação de um valor para o investidor foi possível justamente porque os consultores apresentaram um estudo de mercado determinando o potencial de geração de caixa para os próximos anos.

“A partir dessa projeção financeira, foram calculados fluxos de caixa futuros para a SmartLife e foi atribuída uma taxa de desconto para determinar o VPL [Valor Presente Líquido] ou, como é conhecido no mercado financeiro, o *Equity Value*, que é o

ABORDAGENS DE AVALIAÇÃO DO VALUATION

Renda - Consiste na estimativa dos incrementos dos fluxos de caixa futuros que serão recebidos pelos acionistas de uma empresa ou dos fluxos operacionais que a empresa é capaz de gerar. Dentro dessa perspectiva, o método mais utilizado é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD ou DCF, da sigla em inglês, *Discounted Cash Flow*). De acordo com o guia da Abvcap, o valor de uma empresa ou ativo é igual ao valor no fluxo de caixa a ser gerado pela empresa, descontando uma taxa que reflita o risco (ou incertezas) – o que resulta no Fluxo de Caixa Descontado. Tecnicamente, o FCD leva em conta o fluxo de caixa futuro da empresa, descontado o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC ou WACC, da sigla em inglês, *Weighted Average Cost of Capital*).

Mercado - Em linhas gerais, esta abordagem possui duas vertentes: comparação de empresas e comparação de transações. Na comparação de empresas, o valor é determinado com base em parâmetros financeiros, como receita, Ebitda, preço da ação etc. Esses dados são obtidos de empresas listadas em bolsa, com informações públicas, já que essas informações estratégicas dificilmente são divulgadas por empresas de capital fechado. No caso da comparação de transações, a valoração é feita com base em transações do setor em que o empreendimento atua. Essa vertente é mais utilizada para balizar valores do que propriamente para mensurar o valor de um negócio.

Valor de liquidação - Utilizado quando se pretende determinar o valor do empreendimento no caso de ele ser liquidado. Como os recursos podem perder valor em uma situação como essa, normalmente é realizada uma avaliação do valor mínimo do negócio.

Métodos patrimoniais - Os métodos patrimoniais de avaliação normalmente são utilizados em situações bastante específicas, como nos casos de concordata ou falência, ativos não operacionais obsoletos ou fora de uso, por exemplo. É aplicável quando se tem interesse nos ativos de uma empresa e não no potencial de geração de resultados.

Fonte: Guia “Quanto vale o meu negócio” (Abvcap/EY).

valor da empresa para o acionista”, explica Back. A SmartLife está se preparando para lançar no mercado gaúcho um aplicativo de pagamentos para smartphone, que inclui a compra de ingressos para festas e eventos, programas de fidelidade e o pagamento de comandas.

O desafio é ainda maior na aplicação do processo de *valuation* em uma empresa sem faturamento e que faz parte do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Back lembra que a Trust&Co fez uma análise de transações realizadas nos últimos anos com testes da plataforma e projetou transações futuras, levando em consideração o número de usuários em potencial da plataforma e o número de estabelecimentos que podem utilizá-la. “A SmartLife procurou se cercar de todas as ferramentas de avaliação do negócio para obter um autoconhecimento sobre o potencial de valor da empresa e buscar uma rodada de captação de investimentos que fosse justa para ambas as partes”, afirma.

E, mais uma vez, deu certo. A SmartLife foi criada em 2012, quando Gustavo Back desenvolveu o aplicativo para ser usado em uma festa de Porto Alegre. Desde então, ele vem trabalhando para tornar o negócio rentável. Hoje, a empresa conta com um investidor-anjo e novos parceiros, como a própria Trust&Co e a Base – empresa que trabalha no desenvolvimento do software. No entanto, a grande conquista foi a entrada da WinNova, empresa para a qual Back apresentou o *valuation* da SmartLife. Além da entrada como investidora, a WinNova auxilia a empresa de Back no suporte aos setores financeiro, administrativo e de marketing e vendas. A plataforma será lançada oficialmente ainda em 2015 e a grande expectativa é de que ela se torne uma carteira digital, ou *bill wallet*, como ficou conhecido o termo em inglês. Por meio dela, o usuário efetua todos os pagamentos.

Valuation na crise

O Brasil vive hoje um momento de incertezas e recessão econômica. Esse seria o melhor ano para passar por um processo de *valuation*? Para Sergio Almeida, da EY, este é realmente um momento em que o valor das companhias tende a cair, mas não de forma muito drástica. “A crise de hoje é percebida como algo de curto prazo e o planejamento das empresas deve avaliar também e, principalmente, o longo prazo. É claro que empresas com potencial de inovação muito grande têm mais chances de sucesso em períodos como esse”, avalia.

De acordo com o gerente de aceleração da Jump Brasil, Pedro Souza, se levar em consideração que um dos parâmetros para se chegar a um valor de uma empresa é o potencial que ela tem dentro de um segmento específico, a crise pode afetar, sim, o processo de valoração, já que o cenário econômico pode influenciar nas projeções de faturamento. “A estratégia aqui é criar soluções e produtos que não sejam afetados pela crise ou que a crise potencialize a necessidade de contratação desse serviço. Soluções que reduzam custos ou otimizem processos, por exemplo, sempre são buscadas em épocas de crise”, destaca.

Não há uma fórmula definitiva para se avaliar o valor de um negócio, mas é essencial que o empreendedor considere a ferramenta como um diferencial competitivo para aperfeiçoar seu modelo de gestão, captar novos investidores e se firmar no mercado. 



Bruno Todeschini/PUCRS

Back, da SmartLife: projeção futura de faturamento conquistou novos investidores



Divulgação

Souza, da Jump Brasil: a crise potencializa a necessidade por soluções que reduzam custos e otimizem processos

Modelos convergentes

Berço da incubação de empresas no mundo, os Estados Unidos têm despontado como um território propício à experimentação de diferentes modelos de apoio a empresas inovadoras. Em vez de concorrentes, esses modelos se mostram cada vez mais complementares.

Um ecossistema dinâmico e cada vez mais diverso, composto por várias comunidades e atores engajados no desenvolvimento do empreendedorismo inovador parece ser o novo caminho para a geração e consolidação de startups. Nesse cenário, mecanismos como incubadoras, aceleradoras e espaços de coworking tornam-se mais flexíveis, trabalhando em sinergia e alastrando o alcance de seus programas. Essa foi a percepção da delegação brasileira que visitou a região de Denver e o Vale do Silício, nos Estados Unidos, durante a Missão Técnica 2015/1, promovida pela Anprotec em parceria com o Sebrae e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), entre os dias 26 de abril e 1º de maio.

A emergência de modelos híbridos e de novos atores no ecossistema de inovação foi uma das principais tendências apontadas durante a 29ª Conferência da National Business Incubation Association (NBIA), realizada em abril, em Denver, que integrou a programação da Missão. “O evento foi muito importante, pois trouxe uma discussão bastante atual sobre o papel das incubadoras nesse ambiente em constante mudança, principalmente com a chegada de novos mecanismos de apoio ao empreendedorismo inovador, que atuam de forma complementar”, aponta a superintendente executiva da Anprotec, Sheila Oliveira Pires. Em vários momentos da Conferência, o que se viu foram diversos exemplos de incubadoras, aceleradoras e espaços de coworking ou estruturas que resultavam de uma combinação desses mecanismos.

Em geral, os painéis do evento levaram à conclusão de que a atuação de incubadoras e aceleradoras tem focos diferentes, porém complementares: a primeira dedicada a empreendimentos com necessidade de maior tempo de apoio, e a segunda com foco naqueles com alto potencial de crescimento e alavancagem rápida. “Percebemos que a ação

desses mecanismos como ferramenta de desenvolvimento está muito ligada ao contexto nacional e regional. Assim, é necessário discutir o que significa aceleradora no contexto brasileiro, porque é um modelo que não está definido internacionalmente”, afirma a diretora de Inovação e Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Gabriela Cardozo Ferreira, uma das participantes da Missão.

Também foram observadas tendências como a utilização de espaços de coworking para prospecção de novas ideias de negócios, a necessidade de sistemática aproximação de incubadoras e aceleradoras com várias fontes de capital e a larga aplicação de processos de mentoria e coaching para os empreendedores. “Essas questões podem ser mais desenvolvidas no Brasil, mas também demonstram a importância do erro e do voluntariado na cultura norte-americana. Os empresários dedicam seu tempo gratuitamente para contar sua trajetória, ajudando os empreendedores que estão começando”, afirma Gabriela.

Flexibilidade e abrangência

Se antes as incubadoras eram vistas como espaços autônomos, hoje elas estão sendo consideradas como uma das formas de apoio a startups, cada vez mais articuladas ao ecossistema. Elas estão migrando de um modelo rígido, focado no oferecimento de estrutura física e de uma série limitada de programas e consultorias, que cobra aluguéis fixos e exige processos formais e planos de negócios para o ingresso, por um mais flexível. “As próximas práticas de incubação são focadas nos empreendedores, oferecem espaços flexíveis e programas que vão além da incubadora. Falam mais em modelo de negócios e funcio-



Divulgação/PUCRS

Gabriela, da PUCRS:
é necessário discutir
conceito de aceleradora
no contexto brasileiro



No Innovation Pavillion, os empreendedores podem optar por mesas ou salas, conforme a necessidade do negócio

da Gateway Community College, durante apresentação na Conferência.

A aposta em parcerias estratégicas, sobretudo com grandes corporações, já é uma prática recorrente em incubadoras, aceleradoras e centros de empreendedorismo nos Estados Unidos. A incubadora Innovation Pavillion (IP), localizada ao sul de Denver, foi criada com foco em educação e inovação corporativa. O IP promove programas de outsourcing de inovação e matchmaking corporativo, tentando formar parcerias e negócios com as startups e grandes corporações demandantes de soluções tecnológicas, que também podem instalar estruturas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no IP. “Nosso objetivo é estabelecer uma comunicação com toda a comunidade, reunindo jovens empreendedores, grandes empresas e estudantes, que são a ponta para os avanços da academia”, explica o fundador do IP, Vic Ahmed.

Cabral, do Sebrae: modelo do IP pode servir para pensar novos desafios no apoio a incubadoras



nam como um hub empresarial, apostando em parcerias estratégicas”, afirmaram Jasper Welch, fundador do coworking Durango Space, e Jeff Saville, diretor executivo do Centro para Inovação Empreendedora

No mesmo ambiente, o IP oferece condições flexíveis para utilização do espaço, com taxas diferenciadas para mesas de coworking, salas individuais ou escritórios para as empresas e empreendedores que queiram se instalar na incubadora. Também aposta em programas de educação, oferecendo cursos voltados para o desenvolvimento de múltiplas habilidades, com base no aprendizado por meio de problemas e experiências – uma exigência do mercado, segundo Ahmed. “Antes, a pessoa entrava na empresa, onde recebia treinamento e ficava por anos. Agora, ficam menos tempo e devem mostrar suas habilidades assim que entram”, afirma.

Com apenas 10 pessoas no staff, o IP oferece diversos serviços e conta com parceiros para levar adiante todos os seus programas. “O conceito apresentado é muito interessante porque propõe uma conjugação de esforços no ambiente de inovação, com diversas atividades de suporte ao processo de incubação, enquanto temos no Brasil uma dispersão. É um modelo válido para pensar nos desafios futuros que temos em relação ao apoio a incubadoras”, avalia o gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Sebrae, Célio Cabral de Sousa Júnior.

Hub empresarial

Cursos voltados aos empreendedores e espaço flexível também são uma aposta do Galvanize, coworking localizado em Denver, com filiais em São Francisco, Seattle e Boulder. Além de possuir uma escola de negócios e de engenharia de software, o Galvanize oferece diversas opções de aluguel e uso do espaço, abrigando companhias de diversos estágios de desenvolvimento. O espaço foi criado com o objetivo de se conectar com outros hubs nacionais de startups e reúne empreendedores, investidores, mentores e parceiros, incluindo os alunos dos cursos oferecidos pela Galvanize, que ganham o direito de usar o espaço gratuitamente por um período de

três meses após concluírem os estudos.

Uma das mais aceleradoras mais conhecidas no mundo, a RocketSpace, localizada em São Francisco, também desenvolve programas educacionais e atua como um hub empresarial, aproximando empreendedores, investidores e grandes corporações de diversos segmentos. Berço de startups como Uber e Spotify, a RocketSpace abrigou mais de 170 empresas desde sua fundação em 2011, tendo gerado companhias que hoje valem mais US\$ 1 bilhão. “O resultado da RocketSpace só vem por causa do ambiente e da comunidade que criamos para as startups alcançarem o sucesso”, explica o CEO, Duncan Logan.

Na aceleradora, onde também está instalado um escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), são promovidos diversos eventos, que ajudam a integrar os empreendedores com atores do ecossistema inovador do Vale do Silício. Para entrar na RocketSpace, as empresas passam por um processo seletivo e precisam comprovar o recebimento de algum tipo de investimento – uma prática cada vez mais comum nos ambientes que apoiam empresas em estágio inicial, segundo os painelistas Jasper Welch e Jeff Saville, durante apresentação na Conferência da NBIA.

Investimentos

Segundo Welch e Saville, alguns programas de incubação estão investindo nas empresas, por meio de capital-semente ou ganhando participação em troca – o que antes era uma característica mais restrita às aceleradoras. “Da mesma forma, investidores frequentemente utilizam as incubadoras como mecanismos de validação. Por isso, essas instituições devem estabelecer forte relações com investidores anjo e de risco”, afirmam.

Nesse sentido, um modelo inovador é o adotado pela incubadora da Universidade de Berkeley, a CITRIS Foundry. Com um pro-



Divulgação

grama de incubação de apenas seis meses, a incubadora tem como foco as startups geradas a partir de ambientes da universidade e, por isso, realiza aporte de US\$ 5 mil e US\$ 10 mil nas empresas selecionadas. Em razão desse perfil, a Foundry criou um acordo inédito no sistema de Universidades da Califórnia (UC), para questões de propriedade intelectual, estabelecendo uma participação de 2% em cada empresa que passa pelo programa. “Esse percentual é o pagamento pelos nossos serviços, já que não cobramos nenhuma taxa e, ao mesmo tempo, as empresas têm a garantia de manter a propriedade intelectual que desenvolveram, sem interferência da universidade”, afirma o gerente de desenvolvimento e pesquisa, Peter Minor. Assim, cada ambiente, seja incubadora, aceleradora ou coworking impulsionam o entorno, compartilhando os benefícios do desenvolvimento. 

Espaço do Galvanize foi concebido para atuar como hub empresarial, além de oferecer investimentos e cursos de formação

Foundry criou acordo inédito, garantindo participação de 2% nas startups incubadas



Divulgação

Em muitas mãos

Presentes em mais de 40 países, as plataformas de crowdfunding estão crescendo em todo o mundo e têm contribuído para a inserção de produtos e soluções inovadoras no mercado. Devido ao caráter colaborativo, elas também são consideradas uma poderosa ferramenta para obter o feedback do público e conquistar futuros clientes.

Conseguir investimento para alavancar o próprio negócio é um desafio para a maioria dos empreendedores, que nos últimos tempos têm se acostumado a participar de competições e enfrentar bancas de investidores, expondo sua ideia de maneira rápida, eficiente e atrativa – os famosos e temidos *pitches*. Mas, e quando esse discurso ganha as páginas da internet? Para muitas startups, o próximo investidor pode estar a apenas um clique: em uma plataforma de crowdfunding, em que doações e investimentos são feitos por vários indivíduos – o que tem sido chamado também de financiamento coletivo.

Essa nova forma de captação de recursos foi criada há pouco mais de seis anos, no auge da crise econômica de 2008, quando empreendedores, artistas e empresas em estágio inicial enfrentavam dificuldades para conseguir capitalizar seus projetos. Hoje, dados do Banco Mundial mostram que as plataformas de crowdfunding já estão presentes em mais de 45 países e ajudaram a alavancar US\$ 2,7 milhões em 2012, nos mais diversos modelos (veja box). A América do Norte e a Europa lideram a arrecadação de recursos, com US\$ 1,6 bilhão e US\$ 945 milhões, respectivamente, enquanto o resto do mundo financia outros US\$ 110 milhões.

Contexto nacional

No Brasil, o setor movimentou cerca de R\$ 10 milhões, com quase 20 plataformas existentes em 2012 – número ainda modesto quando comparado ao dos Estados Unidos, onde foram identificadas 344. Se por um lado há um potencial de crescimento para o mercado brasileiro, por outro é preciso buscar a regulamentação para o setor se desenvolver. “É uma tendência mundial que deve ser acompanhada de perto pelos ambientes de inovação e MPEIs no Brasil. No entanto, ainda há de se buscar a regulamentação no país para esse tipo de plataforma, de forma a permitir uma escala maior e modalidades



Divulgação

de investimento ainda não realizadas aqui”, afirma a presidente da Anprotec, Francilene Procópio Garcia.

Além da regulamentação, há também uma questão cultural que deve ser vencida para fazer o setor deslanchar no país. “Estamos fazendo um trabalho de aculturação do brasileiro sobre o que é filantropia e doação. Por isso, nosso principal ativo nesse momento inicial é a confiança das pessoas, com a validação dos projetos apresentados”, explica Octavio Nassur, sócio e presidente da EstilYngue, plataforma lançada há poucos meses. Especializada em financiar projetos de cultura a partir de recursos da Lei Rouanet, a plataforma foi criada para facilitar a interação entre patrocinadores e os projetos.

A EstilYngue financia projetos ainda não inscritos na lei de incentivo, por meio de doação direta, e iniciativas já aprovadas, que estão buscando recursos com patrocinadores que desejem doar parte de seus impostos. “Nosso diferencial é que a plataforma permite a doação dos tributos como forma de patrocínio”, explica o sócio Gilberto Sasaoka. Por isso, a EstilYngue investe em ações educativas com o setor contábil de empresas para que invistam em cultura por meio de leis de incentivo fiscal. “Ao criar densidade, o crowdfunding passa a ser mais divulgado e elimina o medo da sociedade em doar através dessas ferramentas”, afirma Sasaoka.

Nassur, da EstilYngue: principal ativo da plataforma é a confiança nos projetos apresentados

Divulgação



Jaciara, da Ideia de Futuro: crowdfunding é ferramenta de educação empreendedora

Feedback

Credibilidade é um dos fatores elencados pelo Banco Mundial para o crescimento do crowdfunding no mundo, juntamente com a regulamentação do setor, soluções tecnológicas efetivas e colaboração com eventos e hubs empreendedores, o que inclui competições de planos de negócios, incubadoras, aceleradoras, espaços de coworking e universida-

des para criar um canal de oportunidade e vigilância. “A confiança frequentemente vai em direção a alguma forma de comunidade, seja com bases geográficas, culturais, étnicas ou interesses comuns”, aponta o estudo. Para a instituição, esse comportamento somente é possível na internet, onde mecanismos de feedback em tempo real formam um sistema de elevada transparência.

E é justamente essa resposta dos usuários da plataforma que tem ajudado empresas inovadoras a avaliarem estratégias de negócios. “O crowdfunding tem se mostrado como uma importante ferramenta de gestão de um projeto ou produto iniciais, porque é possível testar a aceitação do público, reduzindo riscos e conseguindo, de alguma forma, a validação do mercado”, afirma Ja-

ciara Cruz, CEO e fundadora da plataforma Ideia de Futuro, voltada para projetos educacionais e incubada no Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (Cietec) da Universidade de São Paulo.

Embora a maior parte das plataformas de crowdfunding no Brasil seja voltada para educação e cultura, Jaciara acredita que a ideia de inovação e pesquisa de novos produtos está se disseminando, trazendo outros benefícios como a divulgação do produto e identificação do público potencial. “Nossa bandeira é que o crowdfunding é uma ferramenta de educação empreendedora. Para lançar um projeto, é necessário planejamento e também o contato com o mercado”, afirma. A Ideias de Futuro já ajudou a captar R\$ 110 mil para diversos projetos e, em breve, se tornará um canal dentro de uma plataforma maior, a Kickante, que promove mais de mil campanhas por mês.

Com o surgimento e crescimento das plataformas de crowdfunding no país, as empresas inovadoras passam a contar com mais possibilidades de financiamento, ganhando um novo fôlego para chegar ao mercado. Até 2025, estima-se que as plataformas de crowdfunding serão responsáveis por investimentos anuais da ordem de US\$ 90 milhões em pequenas e médias empresas inovadoras (MPEIs) – praticamente o dobro do venture capital em todo o mundo. 

TIPOS DE CROWDFUNDING

Tipos de crowdfunding	Modelo de negócio	Características	Taxa de crescimento anual (2009-2012)
Doação	Doações	Contribuições sem expectativa de retorno financeiro.	43%
	Recompensa	Financiadores recebem presente ou pré-compra de um serviço ou produto.	524%
Investimento	Participação	Financiadores recebem instrumentos de capital ou participação nos lucros.	114%
	Empréstimo	Financiadores recebem uma carta de débito que paga uma taxa fixa de juro e retorna o capital investido em data definida.	78%
	Royalties	Financiadores recebem parte de um fundo, que adquire direitos autorais da propriedade intelectual da empresa. Uma porcentagem da receita é paga durante um período de tempo.	--

Fonte: infoDEV/Banco Mundial (2013)

A qualificação avança

A adoção do modelo Cerne de gestão pelas incubadoras brasileiras já demonstra benefícios e resultados efetivos, que culminarão, em breve, com a certificação das primeiras instituições. Em paralelo, o Cerne se destaca como um modelo de vanguarda em relação aos desenvolvidos em outros países.

Launched oficialmente em 2011, o Cerne – Centro de Referência de Apoio a Novos Empreendimentos – foi desenvolvido por Anprotec e Sebrae com o objetivo de apoiar a geração sistemática de empreendimentos de sucesso pelas incubadoras brasileiras, reunindo as melhores práticas de incubação executadas em diversas partes do mundo. Funcionando como uma plataforma de qualificação, o modelo foi estruturado para atender à diversidade que marca os ambientes de inovação do país. “Foi necessário entender os diferentes conceitos e níveis de maturidade das incubadoras, bem como os conceitos de inovação e de sucesso, que variam muito de acordo com a atuação e a região em que elas se encontram”, explica a presidente da Anprotec, Francilene Procópio Garcia.

Em função desses desafios, o Cerne foi criado em uma estrutura modular, abrangendo quatro níveis de maturidade – Cerne 1, Cerne 2, Cerne 3 e Cerne 4. “Quando pesquisamos as melhores práticas, vimos que a implantação de todas traria muitos custos e

exigiria uma incubadora já madura. Assim, organizamos de maneira gradativa, das ações mais simples às mais complexas, para facilitar o processo de implantação”, afirma o consultor de projetos da Anprotec e um dos idealizadores do Cerne, Carlos Eduardo Bizzotto. Até o momento, 140 incubadoras em todo o país implementam o modelo. Dessas, cerca de 60 devem buscar a certificação no primeiro nível ainda neste ano.

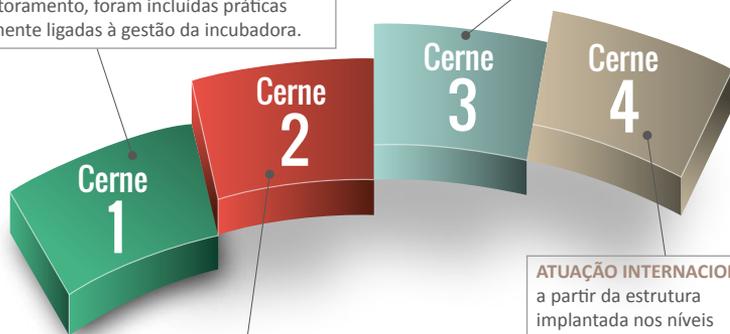
Esses números foram divulgados durante a 29ª Conferência da National Business Incubation Association (NBIA), realizada no mês de abril, em Denver, nos Estados Unidos. Pela primeira vez o Cerne foi apresentado internacionalmente, em um painel sobre boas práticas de incubação (veja box na página 44). “Percebemos que as ações desenvolvidas no Brasil estão atualizadas com o restante do mundo e que o Cerne é um programa de vanguarda, sem similar em outros países. Nenhum é tão completo e amplo, ajudando as incubadoras na gestão interna e na relação com empresas”, avalia a superintendente executiva da Associação, Sheila Oliveira Pires.

NÍVEIS DO CERNE

EMPREENHIMENTO:

todos os processos e práticas estão diretamente relacionados ao desenvolvimento dos empreendimentos. Nesse sentido, além de processos como planejamento, qualificação, assessoria, seleção e monitoramento, foram incluídas práticas diretamente ligadas à gestão da incubadora.

PARCEIROS: o objetivo é consolidar uma rede de parceiros para ampliar a atuação da incubadora, criando instrumentos capazes e efetivos para atender empresas não residentes. Assim, a incubadora reforça sua atuação como um dos “nós” da rede de atores envolvidos no processo de promoção da inovação.



INCUBADORA: o foco é garantir uma gestão efetiva da incubadora como uma organização. Assim, a incubadora deve implantar processos que viabilizem sua gestão estratégica, a ampliação dos serviços prestados e do público-alvo, além da avaliação dos seus resultados e impactos.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL: a partir da estrutura implantada nos níveis anteriores, a incubadora possui maturidade suficiente para atuar internacionalmente e promover sistematicamente a globalização dos empreendimentos incubados.

Evolução

Com a consolidação do modelo e o crescimento da adesão nas incubadoras, a Anprotec lançou, no fim de 2014, os manuais e documentos revisados do Cerne 1, contendo já as práticas e processos-chave do Cerne 2, e também publicou uma série inédita sobre a certificação Cerne. Em março e abril deste ano, foram oferecidas avaliações prévias gratuitas para as incubadoras que buscarão a certificação do Cerne 1. “As visitas tiveram um caráter bastante educativo, apontando sugestões de melhoria e o que deveria

ser feito para estar em conformidade com o modelo”, explica a consultora de projetos da Anprotec, Evelin Christina Astolpho.

Em fevereiro deste ano, o Sebrae lançou um edital no valor de R\$ 28,8 milhões, em duas modalidades, destinado a incubadoras que pretendem implantar o modelo e tentar a certificação – nos dois níveis. “De certa forma, uma incubadora é uma empresa e deve estar também preparada para lidar com seus clientes, as empresas incubadas. Nesse sentido, a busca da certificação é um processo de preparação de graduação das incubadoras para prestar bons serviços”, afirma a diretora técnica da instituição, Heloísa Regina Guimarães de Menezes.

Em junho, foi oferecida a primeira capacitação do Cerne 2, focado na gestão organizacional e estratégica da incubadora. “Tivemos um feedback bem positivo dos participantes, que saíram do curso com uma definição dos procedimentos que precisariam implantar em suas incubadoras, muitas delas esperando pelo resultado do edital”, afirma Bizzotto.

Bons frutos

No primeiro nível de maturidade – Cerne 1 –, todos os processos estão diretamente relacionados ao desenvolvimento dos empreendimentos, como qualificação, assessoria e seleção, mas foram incluídas práticas diretamente ligadas à gestão da incubadora. “O aspecto central desse nível é planejamento, monitoramento e desenvolvimento do negócio, ou seja, ajudar o empreendedor a planejar, realizar ações para que ele se desenvolva e monitorar o que foi executado, para depois fazer um novo planejamento se necessário”, explica Bizzotto. Assim, com o Cerne 1 implantado, a incubadora demonstra que tem capacidade para prospectar e selecionar boas ideias e transformá-las em empreendimentos inovadores bem-sucedidos.

Desde o lançamento da metodologia Cerne, a Anprotec promoveu uma série de

curso e capacitações para difundir e orientar as equipes de gestão das incubadoras na correta execução das práticas estabelecidas no

nível 1. “Fiz um dos primeiros cursos junto com um colega e aprendemos o que e como fazer. Assim que voltamos do treinamento, começamos a implantar as práticas de acordo com o Cerne”, conta a gerente da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Itajubá (Incit), de Minas Gerais, Geanete Dias.

Como a incubadora já era certificada na norma NBR ISO 9000, Geanete conta que adaptação ao Cerne foi mais fácil, pois todos os processos já estavam descritos e mapeados. Por ter ações mais abrangentes, o Cerne ajudou a Incit a melhorar ainda mais o sistema ISO, mas também exigiu que novas práticas fossem adotadas. “Nesse processo, a Anprotec e o Sebrae foram muito importantes, porque implantaram o modelo e viabilizaram recursos para que as incubadoras pudessem passar por essa transformação. A Incit é outra depois do Cerne”, afirma a gerente.

A incubadora de Minas Gerais foi uma das contempladas no primeiro edital do Cerne, lançado no fim de 2011, que destinou R\$ 28,2 milhões para 140 incubadoras, divididas em duas modalidades: incubadoras já capacitadas no modelo Cerne (Tipo 1) e que deveriam apoiar a implementação, aplicação e manutenção das práticas-chave do Cerne 1 em incubadoras menores (Tipo 2). “Com esses recursos, hoje temos uma gestão equilibrada e competente para ser trabalhada com os incubados, porque o Cerne olha para a incubadora como sendo uma empresa”, diz Geanete.

Outra incubadora que adotou o modelo foi o Instituto Gênesis, da Pontifícia Univer-



Divulgação

Apresentação do Cerne na NBIA: reconhecimento internacional do modelo



Geanete, da Incit: incubadora deu salto de qualidade com a implantação do modelo

sidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que escalou um grupo exclusivamente para a implantação do Cerne. “O primeiro desafio foi nivelar todas as pessoas. Uma gerente do Instituto participou do curso e depois começamos a nos estruturar, porque o Cerne oferece bases e não determina um modo

específico para se organizar”, conta a gerente das unidades de apoio e gestão da incubadora, Paula Araújo Pereira, que atualmente lidera a equipe.

A partir dessa organização, a equipe do Instituto elaborou termos de referência para cada processo-chave do Cerne 1, onde constavam quais atividades estavam ligadas às práticas do modelo, quem era o responsável, quais os passos deveriam ser seguidos na implementação e execução, e quais evidências eram exigidas para comprovar a realização do procedimento, além da revisão crítica. “Isso resultou em uma grande melhoria no Instituto, porque além de termos todas essas ações organizadas e mapeadas, elas estão acessíveis a todos e mantêm o conhecimento adquirido na instituição”, explica Paula. Todas essas informações e os indicadores dos empreendimentos incubados foram reunidos em um software homologado, que permite tomadas de decisões mais ágeis e eficazes.

Avaliações prévias

A sistematização e o registro das práticas foram dificuldades constatadas durante as avaliações prévias, oferecidas pela Anprotec e realizadas por consultores e auditores credenciados. “No geral, o modelo já elevou o padrão das práticas de planejamento, consultoria, qualificação e monitoramento. As incubadoras compreenderam a importância disso para o sucesso dos empreendimentos incubados, mas em alguns casos o desafio ainda está no procedimento que explicita como essas ações estão sendo realizadas”, avalia a consultora de projetos da Anprotec, Evelin Christina Astolpho.

Ao todo, entre os meses de março e abril, 64 incubadoras tiveram suas práticas avaliadas pela equipe do Cerne. Além de ser verificado o cumprimento dos requisitos do Cerne 1, eram oferecidas sugestões e orientações para que as práticas da incubadora estivessem em total conformidade com as exigências do modelo. “Para a Incit, foi uma ótima oportunidade de crescimento, porque nos mostraram onde e como poderíamos melhorar. Dentro de um mês teremos atendido a todas as adequações e estaremos prontos para a certificação”, comemora a gerente da Incit, Geanete Dias. Assim como ela, gestores de dezenas de incubadoras aguardam ansiosamente pelo próximo passo na evolução do modelo Cerne. 

APRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Durante a programação da 29ª Conferência da National Business Incubation Association (NBIA), o Cerne foi apresentado em dois momentos: no NBIA Global Innovation & Entrepreneurship Forum e no painel “International Approaches to National Programs for Incubators”, onde foram discutidos processos de avaliação, certificação e acreditação de ambientes de inovação com instituições congêneres de outros países, como a Associação Canadense de Incubadoras de Empresas (CABI), a Associação Sueca de Incubadoras e Parques Tecnológicos (SISP) e a European Business Network (EBN).

Após conhecer o modelo, a presidente da CABI, Gail Gillian-Bain, destacou que a iniciativa brasileira foi acertada desde o começo. “Assim como no Canadá, vocês, no Brasil, tiveram tempo de revisar antes de implementar, o que acho que traz melhores resultados em vez de ‘correr’ para a aplicação”, disse. Na opinião do presidente da SISP, Maguns Lundin, o Cerne é um ótimo modelo de trabalho. “Estou ansioso para compartilhar as lições aprendidas pela SISP e pela Anprotec nos seus modelos e ver como podemos cooperar”, afirmou.

Crescimento em escala

Reunindo milhares de empresas em todo o país, o movimento de startups se mostra cada vez mais organizado. Apesar do aparente boom, empresas dessa natureza começaram a surgir no Brasil ainda no início da década de 1990 e muitas estiveram ligadas às incubadoras de empresas e aos parques tecnológicos.

Startup é, já há alguns anos, a palavra do momento no mundo do empreendedorismo. Mas, ao contrário do que muitos pensam, o termo não pode denominar qualquer empresa nascente ou que esteja ligada à tecnologia. Essa nomenclatura começou a ser popularizada no Brasil e no mundo na década de 1990, durante a bolha da internet, quando surgiram nos Estados Unidos empresas como Google, Yahoo!, Apple e Microsoft. Desde então, pesquisadores e empreendedores desenvolveram uma série de definições e diferentes classificações do que pode ser uma startup.

O significado mais aceito e compartilhado pelo movimento do empreendedorismo é o adotado por Steve Blank, empreendedor do Vale do Silício e autor do livro "Startup: Manual do Empreendedor": uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza. E o ponto chave da definição está na escalabilidade, ou seja, a startup deve crescer em receita, sem elevar custos na mesma proporção. Isso fará com que a diferença entre receita e custo seja cada vez maior, acumulando lucro e gerando cada vez mais recursos.

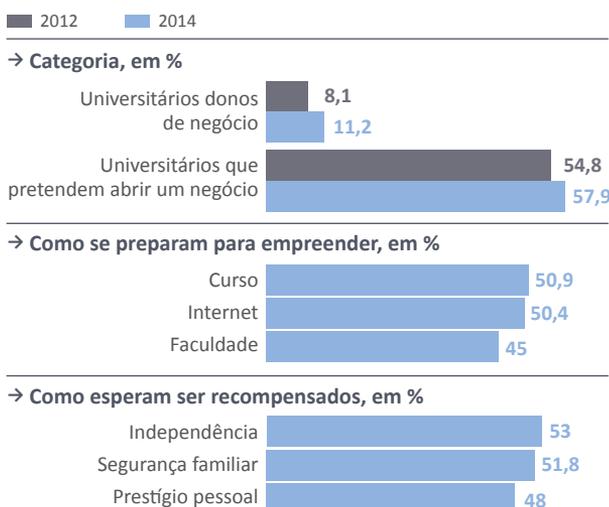
Embora haja uma crítica recente em torno da banalização e da glamourização da atividade, a maioria dos especialistas afirma que quanto mais interessados em empreender, maiores as possibilidades de geração de negócios de sucesso. Os números são animadores nesse sentido: um estudo recente realizado pela Endeavor, em parceria com o Sebrae, mostra que seis em cada 10 universitários pretendem empreender (veja infografia abaixo).

Essa onda de jovens que sonham em abrir uma startup tem se organizado nos últimos anos. Em 2011, foi fundada a Associação Brasileira de Startups (ABStartups), que já contabiliza um banco de dados com 2.616 empresas cadastradas, de todas as unidades da Federação. As startups estão se organizando também regionalmente, por meio da criação de organizações estaduais: a Açaí Valley, no Pará, e a Associação Gaúcha de Startups, no Rio Grande do Sul, são exemplos disso.

Unindo esforços

Apesar da articulação recente dessas entidades, obviamente as startups existem no país há muito mais tempo. As incubadoras de empresas apoiam esse tipo de empreen-

MAIS EMPREENDEDORES



92,9%

dos estudantes acreditam que sempre conseguem resolver problemas difíceis caso se esforcem bastante



71,3%

dos estudantes fizeram ou pretendem fazer uma disciplina de empreendedorismo



59%

pretendem abrir negócio em um período de até três anos

Fonte: Pesquisa Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras 2014, da Endeavor e do Sebrae.

dimento desde o início dos anos 1990. De acordo com a superintendente executiva da Anprotec, Sheila Oliveira Pires, o termo startup é utilizado no ambiente de parques tecnológicos e incubadoras há mais de 20 anos. “Embora muito seja falado hoje, esse tipo de empresa já existia, já estava instalada nas incubadoras e nos parques tecnológicos de todo o país”, afirma.

Para a superintendente, as iniciativas organizacionais desses movimentos têm convergência entre si e fazem parte de um mesmo ecossistema que promove o empreendedorismo inovador. “O objetivo desses modelos híbridos de organizações que apoiam o empreendedorismo é o mesmo e eles devem cooperar e conversar entre si”, completa.

De fato, há uma aproximação e uma complementaridade entre os movimentos mais recentes de apoio ao empreendedorismo e o de incubadoras. De acordo com o diretor-presidente do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Antônio Abelém, é comum que os movimentos cooperem entre si. “Percebo um movimento espontâneo, que envolve de forma mais ampla esses jovens no empreendedorismo inovador, mas percebo também um misto de desconhecimento e expectativa de que as coisas aconteçam muito rápido”, comenta.

Para Abelém, é essencial que as organizações formem parcerias. “Precisamos apoiá-los e escutá-los. De um lado, podemos auxiliá-los com nosso apoio institucional e com a experiência que o nosso movimento já possui. De outro, precisamos ouvi-los, porque temos muitos aspectos a melhorar e eles podem nos ajudar com essa autocrítica”, conclui.

Exemplo dessa sinergia foi o apoio que o PCT Guamá deu aos jovens fundadores da Açai Valley – associação de startups do Pará – em 2014, para que realizassem o primeiro Startup Weekend na capital paraense. O evento, que tem mobilizado cidades brasileiras e do mundo todo, é baseado sempre

no mesmo modelo: são 54 horas de atividades em um fim de semana que reúne empreendedores, designers, desenvolvedores, especialistas e investidores para criar modelos de negócios em torno das ideias levantadas pelos participantes.

Para realizar o evento, os organizadores devem captar patrocinadores e parceiros. Foi com esse apoio institucional de captação de recursos e de mentores experientes que o PCT Guamá auxiliou. “O Parque ofereceu toda a estrutura jurídica para que a Associação pudesse realizar o Startup Weekend, marcando o início dos trabalhos da Açai Valley como entidade organizada”, relata um dos fundadores da Açai Valley, Adailton Lima. Hoje a Associação está se aproximando de outros parceiros, como o Sebrae e o Senai locais, e se preparando para constituir uma organização sem fins lucrativos.

Networking

Foi no Startup Weekend de Belém de 2014 que o empreendedor paraense Eduardo Guerra conheceu o investidor-anjo João Kepler. Um ano depois, eles se reencontrariam para tratar de negócios. Guerra voltou ao Pará depois de passar 10 anos em São Paulo, onde fez mestrado na área de computação e abriu sua primeira empresa. Apesar dessa iniciativa não ter dado certo, o empreendedor não desistiu da ideia de ter o próprio negócio e manteve projetos com o mesmo sócio, Vladimir Rocha. Hoje, os dois estão trabalhando em duas startups. A primeira delas, chamada User Ask, foi aprovada pelo programa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Startup Brasil,



Wenderson Araujo

Sheila, da Anprotec: movimentos de apoio ao empreendedorismo devem atuar em parceria

Abelém, do PCT Guamá: é preciso escutar o que esses jovens empreendedores têm a dizer



Roberto Ribeiro

STARTUP WEEKEND NO MUNDO

1,5 MIL
eventos já realizados

726
cidades-sede

13 MIL
startups criadas

123 MIL
empreendedores participantes

em 2014, e está passando por um processo de aceleração na Pipa, aceleradora do Rio de Janeiro vinculada ao programa.

A User Ask é uma plataforma de ensino a distância que busca melhorar a interatividade entre alunos e professores. “A tecnologia que desenvolvemos possibilita uma interatividade de minuto/segundo entre os participantes de uma vídeoaula, por exemplo. A evasão de alunos do ensino a distância é muito alta no Brasil e uma das reclamações é justamente a falta de interatividade”, explica Guerra. Atualmente, a usabilidade da plataforma está sendo testada.

A segunda startup utiliza um algoritmo de identificação de áudio para resolver o problema de muitos anunciantes, agências de publicidade e rádios: a auditoria das inserções contratadas. Um grande desafio dos veículos de radiodifusão é provar que as inserções foram veiculadas nos horários e quantidades acordados e o robô desenvolvido pela AudiTracks faz essa varredura em tempo real no streaming de áudio da rádio, eliminando a necessidade de que pessoas façam essa conferência.

O investidor-anjo João Kepler se interessou por esse segundo negócio e o grupo de investidores liderado por ele fez um aporte de R\$ 400 mil na AudiTracks. O produto deve ser lançado ainda em agosto no mercado.



Divulgação

A Açaí Valley reuniu empreendedores de 20 startups paraenses no Startup Weekend em Belém. Evento foi realizado dentro de um barco.

Para Guerra, a rede e os contatos viabilizados por meio dos encontros e da Associação de startups foram essenciais para a alavancagem dos negócios. “Hoje sou o diretor geral da Açaí Valley e percebo uma troca e um aprendizado constante nas nossas atividades. Para mim, persistência é a palavra de ordem para aquele que quer empreender. Não considero ter chegado ainda onde quero, mas estou traçando o caminho para isso”, afirma.

A Açaí Valley já realizou o Startup Weekend de Belém em 2015. Nesta edição, os organizadores promoveram uma inovação e o encontro foi realizado, pela primeira vez, em um barco que navegou pelo Rio Guamá com empreendedores das 20 startups paraenses que compõem a Associação. A equipe do PCT Guamá também estava lá para apoiá-los e, mais do que isso, ouvi-los. **L**

FOCO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Lideranças do mercado de startups lançaram, no início de julho deste ano, o Dínamo, grupo que vai atuar como interface entre a sociedade civil organizada (startups, associações, empresa) e o governo para articular políticas públicas para o empreendedorismo tecnológico e a inovação no Brasil. Com sede em São Paulo e representação no Rio de Janeiro, o Dínamo é composto por profissionais e empresas de tecnologia como Google, Microsoft, Plug e Performa Investimentos, dentre outras, além de membros de organizações do segmento, como Anjos do Brasil, Startup Farm, ABStartups, Up Brasil, Associação Brasileira de Venture Capital (Abvcap) e Ação da Cidadania. Na pauta de reivindicações do grupo há seis temas prioritários: cultura, talentos, ambiente regulatório, investimento, densidade e sociedade.

A Anprotec, em parceria com o Sebrae,
lança seu **programa educacional**

uni  anprotec

4 CARREIRAS FOCADAS EM GESTORES E EMPREENDEDORES



Gestor público de
ambientes de inovação

Empreendedor

Gestor de incubadoras
de empresas

Gestor de parques
tecnológicos

inscrições
EM BREVE

+ informações

www.anprotec.org.br

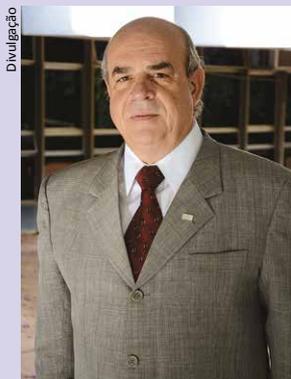
Realização:



Apoio:



Marco regulatório: pré-requisito para a inovação avançar



Divulgação

Luis Afonso Bermúdez
Decano da Universidade de Brasília (UnB), ex-presidente da Anprotec e atual Conselheiro da Associação

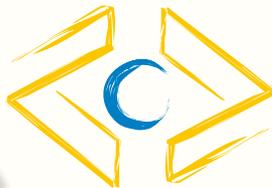
Nos últimos 25 anos surgiram no Brasil vários ecossistemas para apoio ao empreendedorismo inovador. Essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico não apenas das regiões em que estão inseridas, mas de todo o país. Exemplos exitosos de incubadoras de empresas, parques científicos e tecnológicos, polos e aceleradoras de empresas resultaram de iniciativas locais e regionais, nascidas, muitas vezes, em ambientes hostis. No entanto, nesse mesmo período os esforços para a existência de um marco regulatório adequado aconteceram em menor velocidade.

As iniciativas bem sucedidas demonstram que o verdadeiro impacto econômico e social do movimento só acontece se certas premissas existem ou são criadas: diversidade, com múltiplas iniciativas econômicas, mobilidade entre as instituições existentes e com a devida conectividade – que permita a troca não somente de experiências, mas também de resultados. Tudo alimentado por uma verdadeira fluidez no mercado de trabalho e de ideias, favorecendo o surgimento de empresas de alto crescimento, rendimento e competitividade, de modo que sua densidade crie as bases da sustentabilidade econômica e social.

A vitalidade de um ecossistema empreendedor inovador não provém de elementos isolados, mas das conexões possíveis entre os diversos atores requeridos, que todos conhecemos: governos, iniciativa privada, instituições de ciência, tecnologia e inovação, escolas, universidades e outras instituições da sociedade. Para que essa articulação se concretize, as instituições vêm demandando marcos regulatórios mais modernos e, a partir da compreensão dos órgãos legislativos e executivos, tivemos avanços importantes, tais como a Lei de Inovação, a Lei Geral da Pequena Empresa e, recentemente, a aprovação do Projeto de Lei 2177, o esperado Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Cada uma delas com o mérito devido e a seu tempo. A Lei de Inovação, por colocar o tema na ordem do dia do parlamento nacional, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento do país. A Lei Geral da Pequena Empresa por estender o tratamento tributário privilegiado para todo o tipo de pequeno empreendimento, limitando-o não pela atividade econômica, mas pelo faturamento. Na sequência, o Código que disciplina vários aspectos das conexões institucionais necessárias para que os resultados das atividades de C,T&I cheguem à sociedade com maior velocidade e fluidez.

Nenhum desses resultados foram obtidos com facilidade ou sem nenhuma troca efetiva, muitas vezes acaloradas, de ideias para compatibilizar os diversos e legítimos interesses da sociedade brasileira. Trata-se de um trabalho constante e necessário junto ao parlamento a fim de obtermos êxito na aprovação de todos os marcos regulatórios necessários para que o empreendedorismo inovador se mantenha como um alicerce do desenvolvimento econômico e social de nosso país.



PRÊMIO NACIONAL
de Empreendedorismo Inovador

EDIÇÃO 2015



Reconhecimento para quem faz a diferença

CATEGORIAS:



Melhor empresa graduada (EG)



Melhor empresa incubada (EI)



Melhor parque científico e tecnológico (PCT)



Melhor projeto de promoção da cultura do empreendedorismo inovador (CEI)



Melhor incubadora de empresas orientada para a geração e o uso intenso de tecnologias (PIT)



Melhor incubadora de empresas orientada para o desenvolvimento local e setorial (DLS)

Inscrições abertas!

www.anprotec.org.br

Realização:



ANPROTEC

Parceiro:





25^a Conferência ANPROTEC

de Empreendedorismo
e Ambientes de Inovação
19 a 23 de outubro de 2015
Cuiabá - Mato Grosso - Brasil

**Ambientes de inovação
mais sustentáveis:
o empreendedor
como protagonista
da nova economia**

INSCRIÇÕES ABERTAS

Participe do maior
evento de
empreendedorismo
inovador da
América Latina!

conferenciaanprotec.com.br



Realização



Organização local

